

A Brigada Militar (e a formação do oficial) na contemporaneidade

Dani Rudnicki¹

Resumo: Este artigo apresenta ideias sobre a Polícia Militar (PM) do Rio Grande do Sul e a formação dos seus líderes, os chamados “oficiais”, e busca apontar ainda como essa polícia se apresenta e se relaciona com outras instituições que participam do campo da segurança pública. Busca verificar como a PM forma seus oficiais e garante a reprodução de um modelo “histórico”, bem como apresenta as discussões e os debates que redundaram na adoção de novos critérios para ingresso na força (pioneiro no país, embora já adotado no estrangeiro), obrigando, teoricamente, à adoção de um novo modelo de ensino. A Brigada Militar, no que tange aos requisitos para seleção dos alunos-oficiais da APM, está na vanguarda das PMs brasileiras, tornando-se hoje referência. Entretanto, no cotidiano do ensino policial, verificado na Academia, continua sendo preservado um modelo tradicional, que pauta as academias de todo país e pouco se transformou – mesmo após a Constituição de 1988. Hoje os oficiais negam a possibilidade de discutir a unificação das polícias estaduais, a centralização ou não do modelo policial, a necessidade de manter a militarização e o paradigma de ensino policial. Entretanto, os oficiais da Brigada têm uma responsabilidade, junto com outros servidores públicos, com outros operadores do Direito e com a sociedade de (re)pensar o policiamento e a segurança.

Palavras-chave: Polícia Militar. Ensino policial. Academia de Polícia Militar. Oficiais.

Abstract: *This paper presents ideas about the Military Police (MP) of Rio Grande do Sul and training of their leaders, the so called “official” and searches still point out how this police shows itself and relates to other institutions involved in the field of public safety . It tries to verify how the way MP forms its officers and warrants the reproduction of a “historical” model, as well as presents the discussions and debates that culminated in the adoption of new criteria for joining the corporate force (the first in the country, although already adopted abroad), theoretically forcing the adoption of a new teaching model. The Military Police, regarding the requirements for selection of student officers of the MPA, is at the forefront of Brazilian MPs, today becoming reference. However , in the daily police instruction, checked in the Academy, still preserves a traditional model that guides the academies around the country and that have slightly changed - even after the 1988 Constitution. If today the officials deny the possibility of discussing the unification of the state police, the centralization or not of the police model, the need to maintain the militarization of the police education paradigm has little changed. But the new model is to be formed with people who care about these issues - and not fear them. It’s a matter of time because the officers of the Military Police have a responsibility, along with other public employers, with other operators of law and with the society: (re)consider policing and security .*

Keywords: Military Police. Police training. Military Academy of Police. Officials.

1 Doutor em Sociologia. Professor do curso de graduação e mestrado em Direito do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter) – RS.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta ideias sobre a Polícia Militar (PM) do Rio Grande do Sul e a formação dos seus líderes, os chamados “oficiais”, e busca apontar ainda como essa polícia se apresenta e se relaciona com outras instituições que participam do campo da segurança pública². Busca verificar como a PM forma seus oficiais e garante a reprodução de um modelo “histórico”, bem como apresenta as discussões e os debates que redundaram na adoção de novos critérios para ingresso na força (pioneiro no país, embora há muito adotado no estrangeiro), obrigando, teoricamente, à adoção de um novo modelo de ensino.

Essa polícia conta hoje com mais de 20 mil homens e é responsável pelas atividades de policiamento ostensivo no extremo sul do Brasil, sendo a única que possui nome próprio: Brigada Militar (BM). Esta denominação a diferencia de todas as outras e essa vontade de ser diversa é uma de suas características.

Ela considera sua história iniciada em 1837, vinculada indissociavelmente à segurança do Estado e, eis que o Rio Grande encontra-se na fronteira com a Argentina e o Uruguai, era uma instituição guerreira, voltada à defesa do país. Ela passa, somente após 1955, por um processo que fará com que, ao final dos anos 1960, apresente-se como força policial, voltada à garantia da segurança pública. Hoje, a Brigada, instituição estatal, é um serviço do qual o governo do Estado do Rio Grande do Sul se utiliza, junto com a Polícia Civil, quando precisa regular o convívio social e controlar seus cidadãos, para preservar a ordem, proteger os cidadãos, ou mesmo garantir o governo. Pelo policiamento ostensivo, ela pretende reduzir a criminalidade e, quando convocada, garante a segurança de manifestações, ou o fim de ocupações de órgãos públicos e ocupações de terras.

Junto a outras instituições estatais (Polícia Civil, Poder Judiciário, escolas) ou não (famílias, igrejas), ela atua no sentido de exercer controle social, organizar, regular e controlar a vida em sociedade, garantindo a ordem, a tranquilidade e a segurança pública, bem como no sentido de garantir a integridade física e moral das pessoas. Todavia, é somente dela e da Polícia Civil que se cobram resultados, como se fossem as únicas responsáveis pela segurança (pública), como se apenas elas exercessem atividades de controle social.

De toda forma, suas funções nem sempre são fáceis de determinar. Pode-se afirmar que, caminhando pelas ruas das cidades em seus uniformes, os brigadianos impõem segurança e tranquilidade, mas quando se voltam para preservar a paz social isso deixa de ser claro. A PM surge tanto como uma instituição democrática, quanto repressora (instrumento de quem detém o poder e a comanda).

² Ele utiliza elementos colhidos para a realização da tese de doutorado intitulada “A formação social de oficiais da polícia militar: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul”, que teve como orientador o professor doutor José Vicente Tavares dos Santos e foi defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Importa lembrar que a atividade de polícia, de fato, vira rotina apenas no ano de 1967, quando se extinguiu a Guarda Civil. Logo, quando, por meio do Decreto-lei n. 667, em 1969, o Governo Federal retirou a autonomia das polícias militares, buscando acabar com os “pequenos exércitos”, definindo como sua função o policiamento ostensivo (sob controle do Exército), a BM não necessitou de muito para se adaptar.

Há quem ache que aquela foi decisão desacertada e tenta preservar o militarismo até hoje (o Coronel Mendes, subcomandante e comandante, entre os anos de 2007 e 2008, surge como exemplo paradigmático desse grupo³). Mas eles esquecem que esse modelo está superado desde o fim da ditadura, em 1985, pelo processo de redemocratização acontecido, em especial, com o advento da Constituição de 1988, que reinstituiu, no país, o Estado Democrático de Direito.

Assim, indo e vindo, tem estado a BM, que assume importante papel em relação a muitos dos mais relevantes fatos da história do Rio Grande – e mesmo do país (“Legalidade”, em 1961, por exemplo). Em outra oportunidade, no ano de 1997, junto com as PMs de Minas Gerais, Pará, Bahia, Alagoas, São Paulo e Ceará, entre outras, teve a experiência de dividir-se no momento em que a maior parte dos policiais da corporação declarou-se em greve por melhores salários e condições de trabalho. Os policiais não apenas marcharam nos quartéis, mas caminharam nas ruas, em passeatas, gritando palavras de ordem. Reivindicaram, revoltaram-se, fizeram manifestações. As polícias militares, que não possuem sindicatos, mas associações, e não podem “cruzar os braços”, pararam. A greve aconteceu, com grande repercussão.

Nos seus momentos mais violentos, em Minas Gerais, o cabo Valério dos Santos Oliveira foi atingido por um tiro e morreu (EDWARD; BRASIL; VERANO, 1997). Em Fortaleza, o coronel Mauro Benevides, comandante da PM cearense foi ferido no ombro por uma “bala perdida” e 70 soldados acabaram sendo excluídos da corporação. Em Pernambuco, os líderes foram presos (FERNANDES, 1997).

Para José Murilo de Carvalho (1997), a diferença salarial entre os oficiais (com salários superiores aos de professores titulares de dedicação exclusiva de universidades federais) e os praças, que variava de 10 a até 20 vezes, foi uma das causas da revolta. “O abismo entre oficiais e praças que existia nas Forças Armadas passou a existir entre oficiais e praças das PMs”. Segundo o autor, somente a resolução dessa questão não resolveria o problema.

³ Durante os anos 2007 e 2008, quando comandante da BM, ele se impunha com um estilo operacional. Assim, na cerimônia de sua posse como líder maior da Brigada, dispensou a farda de gala e compareceu usando traje estilo “Rambo”; esquecendo da importância da inteligência policial na contemporaneidade, declarou que teria como lema três verbos: abordar, apreender e prender.

O coronel Pereira (2006, p. 54; 196), da reserva da Brigada Militar, comandante da corporação no final do governo de Olívio Dutra (PT), declarou-se, em obra autobiográfica, contrário ao movimento. Embora considere a reivindicação salarial justa, entende que o fato tratou-se de crime militar, de grave indisciplina, que não trouxe vantagens, mas tão somente abalo da disciplina, ações criminosas, máculas nas instituições de segurança pública e desgaste geral, além de regras mais rígidas para punir os integrantes das polícias.

Como consequência, o comandante da PM do Mato Grosso do Sul chegou a afirmar que as PMs não seriam as mesmas após esse ano (CARVALHO, 1997). Entretanto, passados 13 anos, as PMs, ao invés de tentar entender o evento e evitar que novamente aconteça, parecem tentar fazer com que ele seja “apagado”.

Assim, apesar de esse fato marcar o ano e a história da Polícia Militar gaúcha, curiosamente, ou não, permanece ignorado na história oficial (ou oficiosa) da corporação. Nenhum artigo sobre ele pode ser lido na Revista Unidade ou nos livros que narram a cronologia dos acontecimentos brigadianos (ver, por exemplo, SIMÕES, 2002).

Quase simultaneamente, em 18 de agosto de 1997, a BM teve sua estrutura alterada por uma série de leis complementares, de números 10.990, 10.991, 10.992, 10.993, 10.996 e 11.000. Tais leis propunham, em seu conjunto, uma concepção geral de polícia, incorporando alguns princípios de descentralização e horizontalidade das decisões. Para isso, alteraram os planos de carreira, permitindo aos soldados chegarem ao posto de tenente (um oficial subalterno).

Antes que essas novas propostas de recrutamento e formação fossem implementadas, no governo Olívio Dutra (1999-2002), houve a experiência do “Programa de Ensino Integrado”, no qual 2.247 funcionários das polícias e demais órgãos estatais, vinculados à segurança pública, receberam, nos anos de 2000, 2001 e 2002, uma formação inicial única em convênio com a UFRGS⁴.

Sobre o governo de Olívio Dutra, cabe referir que, para muitos, correspondeu às expectativas de um projeto de esquerda, o auge de um esforço que vinha sendo implantado por meio da governança da prefeitura de Porto Alegre e de outras cidades gaúchas. Para outros, marcou um governo de “esquerdismo atrasado”, que inviabilizou o esforço do governo Antônio Britto em transformar o Rio Grande do Sul em um polo da indústria automobilística (ao não garantir a implantação de uma segunda montadora transnacional no estado).

Ainda há quem perceba, naquele período, o fim do PT como partido representativo dos interesses dos trabalhadores, consolidando-se a perspectiva weberiana de que a burocracia mantém seu poder, em detrimento de ideias transformadoras, ou que serviu para marcar os primeiros contatos do PT com grupos interessados na legalização do jogo de azar (bingos etc.).

⁴ Foi também neste governo que se promoveram, como aconteceu durante os governos de Collares e Britto, seminários e palestras em conjunto entre a Universidade e a Secretaria de Segurança Pública.

O mandato foi caracterizado por intensos debates. José Paulo Bisol, Secretário da Justiça e da Segurança, antes juiz de Direito e desembargador, comentarista de tevê e senador, pessoa afeita à polêmica, comandou programas que geraram grande repercussão, positiva e negativamente. Tomou posições que redundaram em aplausos e críticas.

Instituiu, por exemplo, em 12 de agosto de 1999, a Portaria SJS n. 96, limitando o uso da arma de fogo e acusou, simultaneamente, a existência de focos “expressivos” de corrupção na Polícia Civil e “levíssimos” na Militar (CORREIO DO POVO, 2000). Também definiu a Justiça Penal e o Ministério Público como mentiras institucionais (ETCHICHURY, 2000).

Essas posições redundaram na criação, pela Assembleia Legislativa, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar da segurança pública no estado. Entre seus objetivos, apontados no relatório final (processo n. 20.353 0100, ALRS 018), aprovado em 14 de novembro de 2001, estão a análise da desestruturação do aparelho policial, fechamento de delegacias regionais, introdução da BM na Febem, emprego de técnicas ilícitas de espionagem (escuta telefônica), “banda podre” da Polícia, tortura (discrepâncias entre o discurso do ouvidor e do corregedor de polícia), relação entre o jogo do bicho, delegados, governo e o “Clube da Cidadania” (RIO GRANDE DO SUL, 2001, p. 2; 9).

Com a derrota de Tarso Genro, candidato do PT à sucessão de Olívio Dutra, a ideia de formação e treinamento integrados entre os órgãos de segurança foi abandonada, sem resistência ou oposição. A Brigada se adaptou à nova realidade que, na verdade, era a que se apresentara quatro anos antes – no governo Britto.

Em verdade, a corporação demonstrava que nada havia mudado naqueles anos, pois depois de seis dias de governo acontecia já a morte de cinco pessoas, provavelmente, criminosos. O Secretário da Justiça do Rio Grande do Sul, José Otávio Germano, dizia: “[o]s policias têm conseguido evitar roubos e assaltos em ações legais. Infelizmente ocorreram estas mortes, mas foi sempre em reação que os policiais atiraram. Prova disso é o policial ferido no confronto de ontem” (ZERO HORA, 2003, p. 28).

Entretanto, em julho, dois policiais militares foram informados de um assalto e relataram que, ao chegarem ao local, um carro arrancou em alta velocidade, após perseguição, o suspeito levou um tiro e morreu. Ele era professor de educação física e não havia realizado assalto algum; a família e amigos reagiram, a imprensa protestou e os policiais foram indiciados por homicídio⁵. A partir de então diminuiu a taxa de mortalidade de “bandidos”. Apesar desses fatos, o balanço final dos quase quatro anos em que dirigiu a secretaria da Segurança, José Otávio Germano repete o de sempre:

5 Disponível em: <http://www.sjs.rs.gov.br/portal/principal.php?action=imp_noticias&cod_noticia=3272>. Acesso em: 12 jun. 2005.

Finalmente, mais importante do que nossas intenções e ações são os resultados concretos para a população. E estes são muito significativos. Hoje temos uma polícia mais presente, mais eficiente, mais ativa. E taxas mais baixas de homicídios, de latrocínios, de sequestros-relâmpagos: crimes que atentam contra a vida. A sociedade colabora mais ativamente na produção da segurança pública por meio de 342 conselhos pró-Segurança Pública. E as câmeras instaladas em vários pontos de Porto Alegre reduziram os furtos e roubos em 60%. (GERMANO, 2006, p. 21).

Interessante que o secretário que o substituiu, Enio Bacci, fazia declarações em sentido contrário, inclusive no que se refere ao ânimo de trabalho:

Há uma sensação de impunidade. Precisamos resgatar a confiança da sociedade nas ações policiais. Se tivermos uma ação contundente que dê resultados, isso vai ter um efeito psicológico maior do que prático. A sociedade tem de estar do nosso lado. Quando tivermos essa consciência de que é uma guerra civil, teremos de ter um lado. [...] Será o pior ano para a bandidagem no Rio Grande do Sul. (BACCI, 2006, p. 46).

Talvez por isso o discurso corrente na Brigada declara que a questão referente à Segurança Pública é assunto sério demais para ser determinado por leigos, devendo sempre haver uma perspectiva técnica, não de interesses políticos (o então novo secretário, na mesma oportunidade, declarava: “Sou político, mas técnico também”). Esse cenário mostra um pouco da BM e de como ela se envolve e é envolvida no campo da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, cabe agora aprofundá-lo.

2 A BM E AS INSTITUIÇÕES

A perspectiva de que uma instituição vinculada ao Estado possa prescindir do entendimento com a política não se sustenta e para sintetizar a questão, basta uma única palavra: orçamento. Acrescenta-se à necessidade da sobrevivência financeira da instituição, outras, de naturezas objetivas e subjetivas, da população, de empresas, dos governantes, dos próprios brigadianos e da própria BM. Convênios das polícias com os conselhos comunitários pró-Segurança Pública (Consepros) vinculam a intervenção técnica à negociação com os anseios das pessoas. É, por exemplo, o que se percebe no auxílio de instituições financeiras à polícia, obrigando o compromisso de criar patrulhas dedicadas a circular em região na qual se localizam as agências bancárias.

Pereira (2006, p. 152) alerta que o “clube da gasolina” significa a privatização da polícia, ao impor um atendimento privilegiado aos que dele participam. As relações entre oficiais, políticos e instituições acabam por pautar

a atuação policial. Não se pode esquecer que, no ápice da pirâmide de comando da corporação, está o governador do Estado, autoridade política, eleita. Essa a perspectiva da Lei Complementar n. 10.990/97, em seu artigo 2º, ao declarar que a Brigada está sob a autoridade suprema do Governador do Estado.

De forma explícita, a Lei determina ainda, no art. 8º, que o Comandante-Geral da Brigada seja nomeado pelo Governador do Estado, de quem depende e a quem está subordinado, não podendo, sob risco de perder a função, deixar de ouvir e acatar suas considerações ou ordens, mesmo que contrárias à técnica. O Major 1⁶ considera isso errado:

Pafiadache [Comandante-Geral nos anos de 2003 e 2004] caiu porque queria comandar a Brigada Militar e não porque não quis integração. Quem manda na Brigada não é o Comandante, mas a política. Pafiadache queria trazer brigadianos de volta de gabinetes e outros locais, onde acumulam vantagens pessoais, e não conseguiu. A realidade é clara, transparente, a Brigada Militar não tem de ter partido, ela tem de ser imparcial, mas quem escolhe o Comandante da Brigada é o governador, que foi eleito, não vejo como fugir disso.

É óbvio que se o Comandante-Geral é escolhido por políticos, se ocupa a função em decorrência de decisão deles, sofrerá cobranças políticas e somente permanecerá com este *status* enquanto eles o permitirem. Pereira (2006, p. 83), que ocupou o cargo máximo da BM, explicita esta perspectiva: o Comandante-Geral faz política, eis que nomeado por políticos. Logo, o envolvimento com a política torna-se uma realidade da qual os brigadianos não podem escapar. A par desta realidade, ou de parte dela, um relativo consenso existe hoje na corporação, no sentido que, embora a política partidária divida, de modo prejudicial a instituição, a política, enquanto “arte de negociar”, fato que marca o cotidiano das pessoas, grupos e organizações, deve ser exercida em proveito da Brigada e da comunidade.

O Major 1 entende que, durante e após o governo Collares, iniciou-se um forte movimento de partidarização: “O último comandante da Brigada foi o Coronel Maciel, no governo Collares, quando não havia Secretaria de Segurança”. A partir de então as pessoas sabem quem será o próximo comandante no momento em que se define o partido vencedor das eleições.

Entendendo que a partidarização aconteceu antes, um representante de Organização de Defesa dos Direitos Humanos declara:

⁶ Os nomes dos entrevistados serão preservados, exceto aqueles que foram entrevistados enquanto representantes de entidades classistas ou por ocuparem posição digna de nota; neste caso, foram comunicados e consentiram com a reprodução e identificação de suas falas.

Historicamente, há muito tempo, ela vem-se partidarizando, os oficiais, um número expressivo, a partir de capitão ou major, vão se partidarizando, até por que aprendem, que a possibilidade de ascender a postos importantes passa pelo viés político. Isso refere-se também à democratização. Por que antes todos eram da Arena, desde pequeninos, com a redemocratização, claro que, com a alternância, oficiais passaram ao PMDB, outros ao PT, e isso tem transitado muito fortemente, alguns no PDT, isso interfere fortemente nas promoções.

Mas abandonou-se, na lógica policial militar gaúcha, um sentido maior de política, algo aceitável, e implementou-se a ingerência ideológica, vinculada a interesses que não os dos objetivos da corporação.

Existem pessoas que se envolveram, sob o ponto de vista político-partidário, agora o que não se pode confundir é que houve, em um determinado momento, uma evolução na Brigada, no sentido de que a Brigada entendesse, como entende hoje, perfeitamente, que a sua destinação, o seu emprego, a sua administração depende do poder político. Então, o que antigamente era fechado para nós, o mundo político, hoje é aberto, e deve ser aberto, senão eles, naquela casa ali [Assembleia Legislativa do Estado] fazem um monte de bobagem, se não nos conhecerem, eles que editam as leis (Coronel da Reserva 1, Presidente da AsofBM).

Não outra é a lição de Borges (1990, p. 49):

Penso que a Brigada Militar deva olhar com mais largueza e pensar em Política com “P” maiúsculo – pensar em política brigadiana –, onde deve ser olhado como um todo, visando sua eficiência profissional, em benefício da sociedade rio-grandense.

A hierarquia, a convicção, a disciplina, fazem com que os brigadianos reconheçam legitimidade no Comando:

Nós, dentro do aspecto disciplinar, nós sempre, e até de forma pessoal, por ser filha de um militar, eu sempre entendi o seguinte: o Comandante-Geral da Brigada é legítimo, por mais que tenha esse vínculo partidário hoje, que ele seja escolhido pelas concepções dele, se ele está na sigla do governo que ganhou (Capitã 1).

Também são políticas muitas das decisões que significam promoções e designações para ocupar determinadas funções – o que, além de oportunizar um trabalho sem riscos, desgastes, garantem um acréscimo salarial. Pereira (2006, p. 189) lembra que o deslocamento para outros poderes, para longe das atividades fins de polícia, pelas vantagens oferecidas, torna-se algo almejado.

Por essas funções garantirem ainda agregar experiência ao currículo e capital social ao sujeito, elas ampliam as possibilidades de futuras promoções, gerando disputas e ressentimentos.

Até sou vista como trouxa, continuo aqui trabalhando, me esgotando, crescendo meus cabelos brancos, enquanto tem gente que por ser político está no momento certo, na hora certa, na frente da pessoas certas e é escolhido. Enquanto que eu estou aqui, no front, então tu nem és lembrado, nem visto, e isso é uma coisa da instituição. Impressionante. A gente dizia: “– Mas o que aquela criatura está fazendo lá?” E a gente conhece o perfil. E aí diz: “– Meu Deus!” Eu até não desejo mal, por que é mérito, eu não sei se é mérito dele, entende, por que ele entrou no jogo, é sem vergonhice de quem escolheu ele, não conseguiu se retirar um pouco do cenário, já que tem o poder de decisão, de alocar esses recursos humanos [...] (Capitã 1).

Dessa relação entre polícia e política nasce a percepção de que uma melhora do serviço prestado depende do saber como funciona a atividade de polícia, suas possibilidades e necessidades reais, além de interesse em permitir que ela aconteça sem interferências ideológicas, ou seja, como creem, por técnicos, especialistas.

A polícia vai evoluir se os governos resolverem investir na polícia, se os governos resolverem que segurança não é só discurso de campanha, segurança faz parte do dia a dia. Semana passada eu vi na televisão uma autoridade política falar sobre a pistola elétrica, que seria a arma ideal. [...] Um helicóptero, vários helicópteros, têm de estar à disposição para equipes fortemente armadas chegarem em determinado local. Tu falas na arma elétrica, mas tu não ofereces a cobertura que tem o policial que trabalha no Primeiro Mundo. Temos então de ter presença de pessoas que decidem mais forte no nosso meio. Não só olhando de longe, mas olhando a atividade como um todo, não só na visão macro, mas micro também (Major 1).

A Capitã 1 destaca que os esforços devem ser em prol da segurança da comunidade, nunca para obtenção de vantagens pessoais, promoções ou vantagens salariais, sempre evitando a partidarização. Mas, na verdade, ela reconhece que a realidade é outra, a Brigada, “está politizada, ela está partidarizada, para cunho pessoal”, provocando atraso ao desenvolvimento da corporação.

O desafio de estar na política sem se deixar levar por interesses partidários parece acompanhar a atualidade dos desafios da Brigada. De toda forma, os oficiais recorrem a contatos com representantes na Assembleia Legislativa, por meio de vínculos partidários ou suprapartidários. O ex-brigadiano e ex-deputado José Gomes da Silva Júnior (2004) destaca:

Qual a importância que um deputado tem em ser amigo de um coronel ou de um soldado? Ele leva mais vantagem em ser amigo de um coronel. Por que um dia o coronel vai mandar uma viatura passar em frente da casa dele e o soldado não vai poder fazer isso.

Essa amizade, afirma, não permite que os deputados conheçam a corporação e, somando-se o fato de a Assembleia ser um órgão conservador, um retrato da sociedade, a situação da BM só muda no que pretende o oficialato, completa o ex-deputado.

A partidarização é fato percebido também por jornalistas, ou “vazado” à imprensa. O jornal Zero Hora (2004, p. 10), neste sentido, a matéria “Reaberta polêmica sobre promoções na Brigada”, informa descontentamento de oficiais com os critérios utilizados para promoções, que, de acordo com eles, seriam político-partidários. O texto permite verificar que o processo de partidarização não apenas existe, como está incorporado ao cotidiano da instituição, acontecendo em todos governos de vários partidos.

Na relação da corporação com a imprensa percebe-se temor, ódio, desejo de reconhecimento pelos seus méritos e interesse. O maniqueísmo, típico das instituições policiais militares ainda identifica os meios de comunicação social como um reduto de esquerda, de “comunistas”, pessoas vinculadas aos Direitos Humanos, preocupadas somente com o bem-estar dos “bandidos” e não com a segurança da comunidade, a integridade física dos policiais.

Os ataques eram ataques mesmo, a polícia era atacada mais do que os criminosos. A gente viu uma mudança geral com esse episódio do Tim Lopes, com o traficante. Depois da morte do jornalista Tim Lopes vieram reportagens enaltecendo o trabalho policial e quando surgem denúncias de corrupção mostram que são desvios de conduta sendo apurados e a sanção imposta, até mesmo a exclusão (Capitão 3).

Na tentativa de melhorar a intervenção da Brigada junto aos meios de comunicação social, de “promover a integração da corporação com os diversos segmentos da comunidade”, em 28 de agosto de 2001, publicou-se a Diretriz Geral n. 7, que definiu aspectos relativos à comunicação social na Brigada Militar. Foi definido nela que as atividades de comunicação serão orientadas e devem estar integradas ao Sistema de Comunicação Social do Governo do Estado e que a mensagem institucional sempre precisa conter o preceito constitucional: “Segurança Pública, dever do Estado, Direito e responsabilidade de todos”. Busca, entre outros:

[...] desenvolver uma compreensão exata do relevante papel desempenhado pela Brigada Militar junto à comunidade, visando obter seu apoio e solidariedade; [...] concorrer para a perfeita integração entre a corporação e sua comunidade [...] Complementar e apoiar a atividade-fim, de maneira que sua atuação se efetive em um ambiente favorável e que a ação de cada policial-militar, além de facilitada, possa contar com a participação e o apoio dos cidadãos.

A Diretriz ressalta, ainda, que “Todos [os integrantes da corporação] são agentes de relações públicas” e, portanto, representam a Brigada, com as obrigações inerentes ao fato. Pede ainda atenção ao público interno.

Em 1994, um jornal da corporação, o *Jornal Correio Brigadiano*, surge, sucedendo informativos institucionais da Brigada Militar. Ele está vinculado à Associação Pró-Editoração à Segurança Pública (Apesp) e à Polost Editora⁷ e não possui vínculo formal com a Brigada ou o governo – ainda assim, ele se apresenta como sendo da Brigada. E, de fato, talvez o seja.

A linha editorial do jornal mensal, com tiragem de 25 mil exemplares, possui como foco a segurança pública no Rio Grande do Sul, destacando os executores da função policial, as questões institucionais das corporações e a expressão das entidades de classe. Ele procura fomentar a “integração cultural” e mantém o compromisso de informar imparcialmente, circular como mídia gratuita aos PMs e outros trabalhadores da área da segurança, abrir espaço aos órgãos de classe, bem como divulgar aos brigadianos os feitos dos colegas, na defesa do cidadão ou em suas vidas pessoais (como, por exemplo, anunciando formaturas em cursos de graduação).

É um jornal que ressalta praticamente apenas aspectos positivos da polícia gaúcha, realiza uma “crônica social”, apresenta notícias gerais sobre segurança, divulga campeonatos esportivos, a atuação da corporação e de seus servidores nos municípios gaúchos, além de anúncios. Oferece grande ênfase à divulgação da morte de policiais, em especial, quando em serviço.

Em 1997, uma exceção quando das manifestações dos PMs. Noticiou o fato sob o título geral de “Crise” e na edição do mês de julho foi taxativo:

A única experiência dos brigadianos com passeatas reivindicatórias era a da manutenção de ordem. Mas houve um dia – o de 17 de julho –, em que eles saíram às ruas com o mesmo discurso que escutaram anteriormente: melhores condições de vida para garantir a sobrevivência. Na frente do Piratini, não havia foices. Tampouco sinetas. Apenas apitos, fardas e um basta à miséria. Os cinco mil integrantes da Brigada Militar que ousaram sair às ruas mantendo a

⁷ Disponível em: <<http://www.brigadiano.org.br/correio.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2005.

disciplina, mas não deixando de demonstrar o desconforto, viveram momentos insólitos. Utilizaram, como bandeira de luta, o mesmo discurso dos que lutaram contra a repressão. E cantaram a mesma música que foi silenciada, na Ditadura Militar, pelo estampido dos revólveres. Os fotógrafos Emídio Pereira, da PM5, e Valmoci Vasconcellos, do Correio do Povo, registraram este momento que vai figurar em uma página da história da Brigada Militar antes da virada do século (CORREIO BRIGADIANO, 1997, p. 12).

E, em agosto de 2002, quando da morte do ex-secretário da segurança, José Eichenberg, publicou em sua capa o título: “Morre o último secretário de Segurança Pública do RS”, alusão ao descontentamento das polícias com o governo Olívio, com seu secretário de segurança. O título de seu editorial informava: “Tributo a um secretário de verdade” (CORREIO BRIGADIANO, 2002a). Acabou tendo sua edição recolhida e, na edição de setembro, noticiava que a anterior circulou parcialmente, tendo sido, por ordem do subcomandante, recolhido dos quartéis, eis que conteria material com publicidade eleitoral (CORREIO BRIGADIANO, 2002b).

Embora a BM receba espaço quantitativamente maior, a Polícia Civil, Susepe, Instituto Geral de Perícias e Detran também possuem atividades divulgadas. Estranhamente, ou não, informa a página da internet⁸:

Nosso lema é que estruturas não podem se integrar. No máximo se justapõem ou sobrepõem. A integração é um ato que só pode ocorrer, e por vontade própria, com as pessoas. Estruturar novas mídias com vistas a melhor integração dos quadros da segurança gaúcha é nossa principal meta.

Em outubro de 2005, a Lei Estadual n. 12.349 regulou aspectos concernentes ao ensino na Brigada Militar (revogando o decreto n. 19.931, de 1969). O art. 4º define como sendo princípios básicos do processo pedagógico na Brigada:

I – integração à educação nacional; II – valorização profissional e seleção pelo mérito; III – formação, aperfeiçoamento e qualificação continuada e progressiva; IV – avaliação integral, contínua e cumulativa; V – pluralismo pedagógico; VI – aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; VII – cientificidade da atividade de polícia ostensiva e de bombeiro; VIII – integração permanente com a sociedade; IX – preservação das tradições nacionais, regionais e policiais militares; X – educação integral; XI – internalização dos valores policiais militares.

8 Disponível em: <<http://www.brigadiano.org.br/correio.htm>>. Acesso em: 8 ago 2005.

Para tanto, prevê que o ensino policial militar e o ensino médio realizar-se-á com obediência à Lei de Organização Básica da Corporação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e do Sistema Estadual de Ensino, e garante a institucionalização do Colégio Tiradentes.

Art. 7º – A Brigada Militar, de forma adicional às modalidades policiais militares propriamente ditas, manterá o ensino de nível médio, preparatório à carreira policial militar, por intermédio do Centro de Ensino Médio e de unidades de ensino próprias, na forma da legislação pertinente, ressalvadas suas peculiaridades.

No que tange à relação com o Poder Judiciário, continua a perspectiva da mansuetude dos juízes (opinião compartilhada pela população brasileira). Há um entendimento de que os juízes não se empenham no “combate” à criminalidade e de que este combate se limita à ação policial. No Rio Grande do Sul, a relação entre Polícia Militar e Poder Judiciário limita-se, em regra, a alterações como essas, mas a Lei Estadual n. 10.990/97 apresenta regulamentação minimamente questionável do ponto de vista legal e/ou institucional:

Artigo 87, § 2º. Se durante o processo em julgamento no foro civil houver perigo de vida para qualquer preso servidor militar, a autoridade policial-militar da localidade providenciará em entendimento com a autoridade judiciária, visando à guarda do foro ou Tribunal por força policial-militar, se for o caso.

Estranha porque a manutenção da ordem pública constitui função da Brigada e deve ocorrer não importa quem seja a pessoa a ser julgada, qual seja a situação ou local. Ainda que se fale em “entendimento”, o texto deixa antever uma possibilidade de a autoridade policial “administrar” um espaço que não seria de sua competência.

No que tange ao desejo do Ministério Público de desenvolver atividades investigatórias (o que já vem fazendo, ao constituir diversas “forças tarefas”), a BM a nada se opõe, pelo contrário. Os entrevistados dizem que todos devem investigar, livremente, que quanto mais instituições, mais órgãos investigarem, melhor para a Segurança Pública.

Acho que o poder investigativo do MP é positivo (...) o que vier pra beneficiar o cidadão, ótimo. Se o Ministério Público quer investigar, pode investigar. Investiga. (...) o Brasil é um país que, não sei se 5% dos crimes de autoria desconhecida são descobertos, não sei se chegam a 5%, mas tu chegas a países como o Japão, o próprio americano, que chega a 95%. E aí? Nós vamos então segurar que o MP não investigue? Deve investigar (Coronel da Reserva 1, Presidente da AsofBM).

A minha função é prender bem, essa é minha função. Prender bem, compor um flagrante bem composto, para que não haja problemas. Eu tenho de botar o criminoso na cadeia. E o policial, se tem de fazer uma investigação, tem de fazer uma investigação bem feita. É preparado e formado para fazer isso. Se o Ministério Público tem hoje essa postura, que se prepare para isso. Se existe essa necessidade, se os governantes estão vendo que é necessário o Ministério Público entrar no processo, que entre para fazer bem feito e não que daqui a pouquinho estão a se colocar mais uma questão sem objetividade (Major 1).

Essa perspectiva foi expressa em nota publicada por três associações, a dos oficiais da Brigada Militar, a Beneficente Antonio Mendes Filho dos cabos e soldados da BM e a dos Sargentos e Subtenentes da BM (publicada em jornais gaúchos no dia 26 de maio de 2006 e no Correio Brigadiano, edição de junho de 2006, p. 3):

A ação ostensiva da Polícia Civil nas ruas é uma colaboração, embora ao atropelo do vigente modelo policial, que reforça a posição dos integrantes das polícias militares do Brasil pela adoção do ciclo completo de polícia (...).

Essas associações são uma alternativa à falta da possibilidade de organização em sindicatos. A Associação dos Oficiais da Brigada Militar (AsofBM) surge com os seguintes objetivos: representar os associados, defender seus legítimos interesses, promover o conagraçamento social por meio de atividades culturais, sociais, esportivas e recreativas, concorrer para o engrandecimento da Brigada Militar, propiciar uma correta postura política por parte dos associados e representá-los judicial e extrajudicialmente (artigo 1º do Estatuto)⁹. Por ocasião da sua fundação, os precursores declararam:

Nós, oficiais da Brigada Militar — conscientes de que esse é o momento de preservarmos o que nos foi legado por nossos antepassados e de que algo deve ser feito para que, no futuro, não sejamos julgados por omissão — num gesto cívico e de desprendimento pessoal, alicerçado nos mais puros e nobres ideais, tomamos a iniciativa que propõe a criação de uma associação que venha a concorrer para o engrandecimento e a modernidade da Brigada Militar e o fortalecimento de seus integrantes.

No ano de 1990, durante o governo Pedro Simon, a Associação chamou os policiais militares para a segunda assembleia, ressaltando que “queremos o reconhecimento daqueles que dirigem os destinos de nosso Estado (...) reconhecimento expresso através de uma remuneração justa para vivermos com dignidade e decência”¹⁰. Ela acabou proibida de funcionar pelo governo.

⁹ Disponível em: <<http://www.asofbm.com>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.asofbm.com>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

Em reportagens de jornais da época, as autoridades do governo alertavam que aqueles que participassem da formação de uma entidade associativa e reivindicatória estariam cometendo crime militar e, com receio, os oficiais não se reuniram. A repressão, todavia, não se limitou a isso: alguns dos organizadores foram detidos e outros transferidos.

Mesmo obtendo reconhecimento judicial de sua legalidade, a AsofBM deixou de existir até 1994, quando, durante o governo Alceu Collares, com apoio do próprio Comandante-Geral da Brigada Militar, coronel João Vanderlan Rodrigues Vieira, foi reativada. Declarou ele: “cada vez mais se faz necessária uma entidade representativa dos oficiais”. Hoje, passados mais de 20 anos, a AsofBM continua preocupada com a questão salarial dos oficiais:

Veja, essa bolsa (de 600 ou 700 reais para os alunos-oficiais) nós aqui da Associação é que conseguimos, o governo não tinha lembrado, mas o maior perigo de que eles deixem a Academia é agora, é com essa turma, pois ela entrou ganhando um terço do que vai ganhar um delegado, eu estou vindo de uma reunião que tratou exatamente disso, é o projeto que está por entrar esses dias e neste projeto tem de deixar claro que o capitão tem de ganhar o mesmo salário do delegado de polícia, que nesse projeto, este anteprojeto, eles já aceitaram, tudo dentro do que se chama integração policial, vamos integrar agora no salário (Coronel da Reserva 1, Presidente da AsofBM).

O Clube Farrapos¹¹ aparece como outro importante local no processo de socialização dos oficiais da Brigada Militar, tal como apontou a Professora 3. Fundado em 29 de março de 1944, conta, desde aquela época, com um Departamento de Tradições Gaúchas e, desde 1981, com um grupo de escoteiros, chamado “20 de Setembro” (data comemorativa da Revolução Farroupilha). Em 1982, adotou um hino, no qual relembra a glória e a honra do “chão farroupilha”, e clama “aos farrapos – heróis ancestrais”. No local, onde se cultuam as tradições gauchescas, também se realizam eventos como domingueiras, escolha das musas de verão, bailes de debutantes e festas, como a dos aniversariantes (que se repetem todo mês). Festival Queijos e Vinhos e Baile de Halloween completam o rol de atividades sociais.

A estrutura do clube em Porto Alegre inclui diversos salões e um pequeno hotel de trânsito. Uma colônia de férias, em Tramandaí, também encontra-se disponível aos associados. Destaque-se que as dependências da capital receberam, no ano de 2003, atividades relativas ao 3º Fórum Social Mundial — e que, no hotel, se hospedaram alguns dos palestrantes.

No âmbito esportivo predomina, por óbvio, o futebol, mas também há cancha de bocha e quadras de tênis, além de uma academia de musculação e ginástica, piscina e uma academia de tiro.

11 Disponível em <<http://www.farrapos.org.br/>>. Acesso em: 28 fev 2005.

Quanto à socialização dos soldados, cabe destacar a Associação Beneficente Antonio Mendes Filho, de cabos e soldados da BM, com origem em meados de 1954, quando, no Regimento Bento Gonçalves, foi criado o Grêmio dos Cabos e Soldados da Brigada Militar. Depois, no Quartel do Comando Geral, surgiu um movimento buscando a criação de um Grêmio Beneficente. Era o ano de 1962. Em diversas reuniões, soldados e cabos trataram de assuntos referentes à forma de contribuição por sócio e às cores da agremiação. Em abril daquele mesmo ano, trataram da escolha do Patrono e por decisão unânime da assembleia, a escolha recaiu sobre um oficial, o major Antônio Mendes Filho. Assim, no dia 15 de abril de 1962, na presença de sócios, do patrono e de autoridades da Brigada Militar, tomou posse a primeira diretoria.

Após um ano de atividades, trouxe-nos ao conhecimento o Sr. Major Mendes Filho, uma sugestão do Ilmo. Sr. Cel. Comandante Geral, referente a nossa agremiação a qual se restringia somente ao Quartel General, que seria de bom alvitre que o mesmo se estendesse a todas as unidades da Brigada Militar, em virtude das diversas agremiações existentes em cada unidade, unificando a classe, com sede em Porto Alegre, capital do estado, a sugestão foi aprovada por aclamação.¹²

A página da Associação¹³, no seu histórico, fala ainda da construção da sede e da nominata das diretorias que se sucedem. Não há referência, no histórico, ao movimento de 1997. Mas este é citado, em nota na página principal, que informa “[a]nístia para militares que reivindicaram melhor condição”, indicando que o presidente Lula sancionou lei que extingue as punições dos policiais e bombeiros militares que participaram da greve.

A ACASOL (Associação dos Cabos e Soldados), fundada em 1989, propunha uma radicalização na reivindicação dos direitos de cabos e soldados. Teve uma curta existência, eis que seus líderes foram primeiro transferidos e depois enquadrados em processos de expulsão. Ainda assim, teve importância, ao criticar as relações de hierarquia e ressonância ao eleger o já citado José Gomes da Silva, um de seus fundadores, vereador (em 1992, na cidade de Porto Alegre) e depois e a deputado estadual (1995/1998)¹⁴.

A vinculação da Brigada Militar com o Exército, respeitando o disposto no artigo 144, § 6º, da Constituição Federal, está expressa no artigo 156 do Estatuto (Lei n. 10.990), no qual se determina a aplicação do “Regulamento de Continências, Honra e Sinais de Respeito das Forças Armadas” e do “Regulamento de Administração do Exército”. Isso se verifica no cotidiano de aquartelamento da instituição, bem como na estrutura pautada pela disciplina e hierarquia.

12 Disponível em: < <http://www.abamf.com.br/historico.php>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

13 Disponível em: < <http://www.abamf.com.br/historico.php>>. Acesso em: 12 jan. 2010.

14 Disponível em: < http://www.al.rs.gov.br/anais/49/Deputados/zegomes/curriculo_gomes.htm>. Acesso em: 12 jan. 2010.

Para garantir que tal aconteça, a Brigada recebe inspeções do Exército. Uma nota de serviço da PM-3, datada de 20 de fevereiro de 2006, explica como deve o comandante do quartel proceder quando tal acontece. Ela obriga a presença de todos os oficiais e alerta que o fardamento utilizado em suas rotinas operacionais e administrativas não deve ser substituído, cuidando-se para haver uniformidade de apresentação. Tampouco as atividades da unidade devem sofrer alterações, mas impõe-se evitar atividades que requeiram movimentação de pessoal e material.

Há previsão de uma sequência de eventos, quais sejam: a) recepção; b) apresentação dos oficiais; c) exposição do comandante; d) visita às dependências; e e) despedida no gabinete do comandante. A fala do comandante acontece em, no máximo, 40 minutos e aborda a estrutura organizacional, a articulação operacional, os planejamentos referentes à segurança pública, segurança integrada e defesa territorial, à moral da tropa, ao estado disciplinar, ao efetivo e à situação do material bélico (tipo e quantidade de armamento e munição).

Esse controle parte do desejo do Exército de conhecer a situação de “suas” forças auxiliares e inspecionar o respeito ao limite das forças das PMs. Na realidade, esse controle é pouco levado a sério pela Brigada, que busca a maior autonomia possível, longe de qualquer forma de intervenção.

A Brigada tinha, todos os anos, um plano de instrução. Mas, na prática, isso não acontecia. Era coisa do Exército, quando aparecia uma inspeção eles pediam para ver. Eu fiz um plano em 1992, eu criei um programa, para os tenentes fazerem com os pelotões e outro com os oficiais. Eles eram obrigados a ir para a sala de aula, eu dava parte dos caras que não iam. Nesta época, teve inspeção de um general, e ele perguntou para o comandante se a tropa fazia educação física e ele disse: “Sim, General”. Então o General perguntou se eles estavam bem fisicamente e ele respondeu: “Claro”. Mas isso é uma loucura, eu pensei, nunca vi alguém botar um calção, fazer um exercício, mas, no papel, tinha (Coronel da Reserva 2).

Se o Exército aparece como o interventor, algo ruim, a ideia de militarização surge como realidade positiva, desejável. A missão de enfrentar “marginais fortemente armados”, estar disposto à possibilidade de receber disparos, implica desafios e, avalia o Major 1:

na “(...) história de todas as tropas militares do mundo, que se prepararam (apenas com treinamentos), aproximaram o trabalho de uma realidade, não conseguiram obter resultados. É muito complicado numa atividade policial tu dizeres que eles estão bem preparados” (Major 1).

Assim, para garantir um preparo capaz de fazer o soldado enfrentar desafios, testes psicológicos mostram-se insuficientes. Definir quais as pessoas que vão entrar em pânico ou não, se dará “branco” ou cumprirão a tarefa, é desafio enorme à formação militar objetiva.

Para ir para o campo de batalha, é muito difícil tu preparar alguém. Dizer assim: “Hoje vocês estão aqui na sala de aula”. Eu tenho dez policiais, vão ser futuros policiais, mas só vão sobreviver, daqui, cinco ou quatro. “Nós vamos preparar vocês para a morte”. Não existe, mas na atividade militar é que encontramos as questões mais voltadas para questões de combate mesmo. Eu vou te dizer, não existe no mundo, isso talvez as pessoas não saibam, colocar como eu estou te colocando, com certeza não existe no mundo preparação policial que prepare a pessoa para a morte (Major 1).

Logo, há convicção entre os oficiais de que a militarização é necessária e garantidora de uma polícia melhor, menos corrupta. O Coronel da Reserva 1 (presidente da AsofBM) reclama da confusão, ressaltando que as características militares existem dentro da corporação para que se tenha uma autofiscalização mais adequada, mais eficiente, e não “para exercer militarismo lá para a população”.

O Coronel da Reserva 1 retoma a importância de distinção entre as polícias militares e os exércitos. Este será tão mais eficiente quanto mais pessoas matar, preparado que é para “provocar baixas no inimigo”. E a polícia demonstra eficiência quanto mais gente salvar, mais patrimônio proteger.

É a mesma opinião do Major 1, para quem o militar serve para as questões de disciplina e hierarquia, de organização e de quartelamento, bem como para um preparo especial: o do trabalho cotidiano, no qual a adrenalina gerada pela necessidade de tomar decisões provoca emoções com relação à segurança das pessoas e do próprio policial. Tanto que há, conforme ele, oficiais da Brigada que se formam e não se sentem bem na atividade de policiamento, preferem atividades administrativas, mais burocráticas, por causa do estresse resultante da urgência em tomar decisões difíceis, em momentos cruciais, momentos que colocam em risco também a carreira profissional.

Portanto, se na época de Academia o Major 1 não percebia a razão de ser do exercício de campo na campanha ou no mato, fazendo um trabalho de orientação, tendo que decidir o azimute (direção) e perseguir um objetivo, exercício comum em sua época de formação, hoje ele compreende o porquê de “algum trabalho mais militar”. E acrescenta: “[e]sse entender não significa concordar, digamos, observar vários modelos e ver qual se adapta melhor à atividade. E este modelo se adapta bem à atividade”.

Eu vejo as polícias do mundo todo, por mais civis que sejam, tirando a ideia do militar, sempre tentando pegar um sistema militar para atingir determinados objetivos, que não são militares, são paramilitares, que se fardam, que daqui a pouco estão entrando em forma, está se fazendo um discurso, uma cobrança, como se fosse militar, porque querem aproximar do militar. Aquelas polícias que são completamente civis, elas procuram se espelhar no militar para se mostrar organizadas (Major 1).

No que tange à militarização, cumpre dizer que também é realidade desejada por muitos, eis que se beneficiam, por exemplo, de uma aposentadoria precoce. Algumas críticas se fazem acompanhar de elogios:

[i]nfelizmente nós temos algumas pessoas que comandaram a corporação, que tinham uma formação eminentemente militar e pouco policial, prestavam mais atenção ao coturno, à barba e ao cabelo e não tinha nenhuma formação para trabalhar com o público. Hoje precisam ter uma formação policial. A gente tem sempre dito, podemos continuar com hierarquia, disciplina e estrutura militar, mas não podemos continuar com a barbárie que há alguns anos existia nas corporações militares (Soldado 2, secretário-geral da Associação Benficiente de Cabos e Soldados).

Outras radicalizam, exclamando que a militarização da instituição serve positivamente apenas para os oficiais, que podem subjugar os inferiores, utilizá-los para tarefas domésticas, como fica expresso na fala do ex-deputado José Gomes da Silva Júnior (2004): “tinham umas casas ali na Aparício Borges, que tu eras encaminhado para lá. Os coronéis não faziam isso quando estavam de folga, eram preguiçosos, então mandavam os soldados, eles iam lá para fazer faxina”.

O militarismo é péssimo para nós, ele acaba com a nossa autoestima. Sempre tratam o policial diminuindo-o, depois não querem que ele seja drogado, entre em depressão ou que aconteça o mesmo que aconteceu com um policial colega nosso aqui na faculdade que se suicidou. Ou como outros vários que se suicidaram (Soldado apud RUDNICKI; Z Aidan, 2004).

De toda forma, ainda que até mesmo alguns professores civis defendam uma postura militar: “o ensino deve ser adequado à realidade, deve ser militarizado” (Professora 1), a percepção geral mais corrente é de que mudanças estão em curso.

Os jovens oficiais são hoje, para nós, Associação de Cabos e Soldados, exemplo de uma nova polícia. A relação entre soldados e oficiais é dada dentro do respeito entre quem comanda e quem é comandado, sem deixar de se ter uma amizade, sem deixar de se ter um tratamento entre as duas partes. Agora, os oficiais, com essa nova formação, têm facilitado as relações internas na caserna, se modernizado (Soldado 2, secretário-geral da Associação Beneficente de Cabos e Soldados).

A Professora 3 também percebe essas alterações, e as credita ao contato com as universidades.

Eles não tinham sempre clara a consciência disso, mas eles tinham um discurso claro de dizer que eles não são repressores, embora eles tenham de atuar na repressão do crime. A função exclusiva deles não é essa, e o caráter militar da Corporação é o que garante uma pureza, a redução da corrupção, a agilidade de direitos dentro da própria corporação, a não estarem sujeitos a participar de gangues fora de Brigada, que existiria uma possibilidade de controle e que a própria formação que a Brigada propicia, nos seus cursos, garantiria essa unicidade de atitude e de pensamento. E que eles estavam necessitando enriquecer com o discurso das ciências sociais.

No que tange à própria BM, inúmeras disputas, apesar do discurso de unidade, marcam o cotidiano. Assim como em outras organizações, há sempre a busca do consenso que constrói a posição institucional.

A Capitã 1 percebe e refuta essa incongruência ao se retirar de uma reunião na qual 70 pessoas, sendo apenas cinco do sexo feminino, discutiam a respeito do posicionamento da mulher dentro da Brigada. Ao ouvir que deveria ser obtida uma decisão consensual (lembrando do fato, na entrevista, ela ri), sai da sala, para demonstrar seu desagrado e não deixar de respeitar a hierarquia e a disciplina.

Ela lembra de outra reunião, em que foi dito que quem não estivesse satisfeito deveria passar no almoxarifado e pegar uma saia: “teve uma série de mal-estares, atritos até, graças a Deus, não chegamos ao nível disciplinar, mas houve atritos muito grandes. Falta de respeito, de toma lá dá cá” (Capitã 1).

Tais fatos demonstram o desejo de unidade, mas também a existência de divisões dentro da Brigada. A questão da mulher permite iniciar a análise desse ponto. Se, legalmente, por meio da citada articulação política, não partidária, as mulheres conquistaram igualdade dentro da BM, no cotidiano ainda existem postos a galgar.

A ex-deputada Maria do Carmo, que apoiou na Assembleia Legislativa esse esforço, considera a Brigada muito conservadora e portadora de uma série de preconceitos. Acredita que a igualdade da mulher brigadiana dependa não apenas de leis, mas de que um dia o comando da BM tenha uma visão de gênero e permita a uma mulher chegar a Comandante.

Essa perspectiva é diferente da percebida pelo Coronel da Reserva 1, presidente da AsofBM. Para ele, a entrada tardia das mulheres na BM significou um aperfeiçoamento que permitiu superar a limitação que existia no início e persiste em outros estados brasileiros: a divisão em grupamentos masculinos e femininos. Na PM gaúcha, homens e mulheres atuam juntos, nas mesmas tarefas, podendo as oficiais ascender até o posto de Coronel.

A Capitã 1 discorda. E, embora considere a palavra “machismo” descabível para a situação da mulher na PM gaúcha, ela identifica a existência de discrepância no tratamento, lembrando que a discriminação é fato na sociedade brasileira contemporânea e repercute no mercado de trabalho. Ainda que as majores da primeira turma, pelo tempo de serviço, não cheguem a Tenente-Coronel, acredita que, de outras turmas, em breve, sairá uma Coronel. Ela, entretanto, não possui dúvidas sobre a qualidade da mulher oficial.

Se hoje tu perguntasse para muitos que comandaram essa instituição, se ele quisesse montar um staff, se ele ia escolher homens ou mulheres, eu te asseguro que muitos diriam assim: “Eu trocaria todo meu staff masculino por mulheres”. Pelo grau de comprometimento, pela responsabilidade, pela presteza, por uma série de características da mulher (Capitã 1).

As disputas, porém, não se restringem à guerra entre os sexos. Pereira (2006, p. 59) confessa o óbvio: como poucos podem ser coronéis, “você vira alvo de certos movimentos de colegas”; parece ser necessário eliminar adversários para se habilitar aos comandos mais importantes, de modo que a unidade termina também na luta por funções.

A perspectiva da existência de uma “família brigadiana” depende, pois, da superação desses traumas. Aparece não apenas como mostra de solidariedade entre os participantes da corporação, mas igualmente para garantir menos discriminação. Eles buscam essa companheira ou esse companheiro dentre os colegas de farda para evitar o estigma.

O estigma de brigadiano que eles têm, que é um estigma de um sujeito burro, truculento, desqualificado socialmente, que se não é de classe baixa, é menor, ser brigadiano não é bom, é pé de porco. Mesmo o oficial, tanto que eles fazem a sociabilidade deles lá no clube Farrapos, no clube dos oficiais, eles são relativamente segregados, os policiais o são.

Eu comecei a fazer genealogia, o que não é filho de brigadiano, é sobrinho de brigadiano, ou é genro de brigadiano, porque eles casam entre si, aquilo vira uma comunidade. Os filhos namoram, conhece a irmã do colega, casa com ela, então quando tu vê, tem dois sogros brigadianos, o marido brigadiano, vai para o Farrapos. Namoram, dançam, se separam e aí quando se separam é uma droga, que está tudo ali na polícia, tem de conviver no trabalho, está submetido ao sogro (Professora 3).

O Tenente-Coronel 2 afirma:

Nós tivemos ciclos bem identificados de famílias brigadianas, mas penso que a gente tem mania de falar no estereótipo, penso que não seja uma tendência só da Brigada, o pai engenheiro tenta direcionar a família, como o advogado, o médico, na Brigada não é diferente.

Essa perspectiva é colocada em dúvida:

No meu tempo, quando eu entrei, grande parte da entrada para ser oficial, eram pessoas de família, já era uma tradição familiar quase, grande parte. Ou pessoas que já tinham ingressado na Brigada, em outros postos. Menos percentual de civis que por alguma razão entravam lá. Depois, com o tempo, isso mudou. Com o tempo passou a aparecer o que podemos chamar de vocação, vontade. (...) agora, com esta formação, como Capitão, é muito raro, pois (os filhos de PMS) foram impedidos de certa forma, pois vai ter de fazer o curso de Direito, não sei se vão conseguir e, se conseguir, ele entra para outra direção. Por isso não é de admirar que a grande maioria do que entrou não tenha se formado, o que de certa forma acontece nas universidades (Coronel da Reserva 3).

3 A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS

A grande divisão que se percebe no cotidiano das polícias militares está entre os operacionais, os “quentuchos”, os “de fé”, e os administrativos. Percebida em todas as polícias, esta divisão surge nos valores destacados pelos soldados da BM, quando os primeiros se confundem com a força, o esporte, a amizade e a lealdade, com o desejo de possuir uma arma e uma moto, em oposição ao administrativo, vinculado à fraqueza, à bebida, às drogas, ao serviço de escritório, à impossibilidade de fazer o “verdadeiro” trabalho policial.

Nas entrevistas, essa perspectiva também é clara. Os “operacionais” se orgulham do que fazem, enquanto os segundos se lembram que sem “logística” não haveria trabalho de rua. O Coronel da Reserva 2 modifica a lógica dessa discussão, ao definir que atividade de polícia divide-se em duas instâncias: operacional e

gestão. Ao soldado, ao sargento e ao tenente cabe a instância operacional e aos postos superiores vincula-se a habilidade de gestão. Na difícil tarefa do “preparar para a morte”, ou conduzir para a ação, existe a discussão sobre o dever do oficial de acompanhar sua tropa, “subir o morro” junto com os subordinados.

Se encontra coronel da Brigada que diz que não é coronel de gabinete, quer dizer, o que ele gosta de fazer? Quer pegar quatro, cinco ou seis brigadianos e ir para cima do morro dar tiro, enquanto ele, coronel, tem uma outra missão, que é a gestão da organização, que não é aquela. Aquilo quem tem de fazer é o tenente, o sargento, o cabo. Na real, é o seguinte, ele chega a coronel e não sabe fazer outra coisa, senão aquilo (Coronel da Reserva 2).

Cabe ao oficial atuar desde gabinetes, como administrador, gerente de pessoal, delegando as funções de comando operacionais a sargentos. As missões, dependendo do grau de complexidade, devem ser, conforme análise do caso concreto, acompanhadas por oficiais, subalternos ou intermediários. Em um momento extraordinário, quando se tratar de ação que exija experiência, ou quando o acompanhamento significar o incentivo preciso para o trabalho, para preservar a disciplina, sem usar o autoritarismo, como aconteceu em Goiânia, no caso da remoção de entulho contaminado por Césio 136, cabe ao oficial superior estar na rua (SILVA, 1998, p. 134).

Mas é preciso considerar que, em uma sociedade machista, em um grupo que valoriza esse e outros valores semelhantes, a abdicação da atuação direta pode ser compreendida como sinal de fraqueza e incompetência, que se transmite a toda decisão tomada, ou seja, caso um oficial de alta patente deixe de ser percebido pela tropa como alguém apto ao comando, entendido esse como operacionalidade, pode deixar de ser respeitado e obedecido. Seu planejamento pode ser alterado, sob justificativa de que um “mero” administrador não conhece a realidade das ruas.

Apesar da argumentação, essa ideia não alcança a todos. Segundo o Capitão 3, “sempre atuei em companhia, em policiamento, não exerci função no Estado-maior, administração de fato. Minha administração é de pessoal e na linha de frente, no serviço de policiamento”. Também a Capitã 1 se percebe desta forma: “eu me vi assim, eu, uma oficial operacional, gosto do *front*, estou sempre na rua, gosto da Brigada, hoje, como bombeiro, mais ainda”.

No que tange à relação entre soldados e oficiais, a ética do policial militar ordena respeito ao superior e bom tratamento ao subordinado, apreciando seus atos com justiça (Lei Estadual n. 10.990/97, artigo 25, inciso VI). Essa perspectiva será reafirmada no artigo 29, VI, ao se impor a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

A realidade, porém, é que os subordinados se percebem vigiados, controlados, humilhados e desrespeitados pelos superiores. A expressão “o oficial é o diabo do soldado” aparece como um ditado utilizado pelos próprios oficiais, para lembrar aos soldados de sua subordinação, impondo-lhes obediência cega, observância de leis e regulamentos, a tal ponto que os soldados reclamam.

Deve existir um livro para ensinar a torturar os soldados.

Eu já vi dois capitães pararem um soldado no pátio da faculdade para reclamar da farda de um soldado.

Como convivem oficiais e soldados? Na base da repressão.

Outro dia, um oficial disse um absurdo em matéria de Direito, puniu um colega por analogia, mas eu não podia dizer nada, sou só soldado. Soldado não pode saber mais que oficial (Soldados apud RUDNICKI; Z Aidan, 2004).

Essa é a realidade percebida também por quem defende os Direitos Humanos.

Agora, se tratando desta antinomia, especialmente na estrutura interna da própria PM, na qual há uma separação imensa e brutal entre oficiais e praças. São mundos absolutamente diversos, onde a rotina é de ofender os Direitos Humanos dos próprios membros da PM. Aos praças, as sanções, até desproporcionais. Então, há esta situação grave de violação dos Direitos Humanos interna corporis. Quando a Polícia Militar se prepara para uma ação maior, geralmente esses praças se concentram no quartel 72 horas antes, sendo doutrinados a atacar, e os resultados são violência aos Direitos Humanos (Representante de Organização de Defesa dos Direitos Humanos).

A situação é observada, igualmente, por quem já deixou a corporação.

Essa relação dentro de Brigada Militar é muito difícil, não é uma relação fraterna, não é uma relação amigável. É uma relação truncada, onde os valores mais elementares dos seres humanos ainda são desrespeitados. Mesmo com todo avanço que aconteceu ao longo da promulgação da Constituição Federal, ou seja, ainda há subjugação do ser humano na caserna. Tanto que você vê aí esse caso dos coronéis (refere-se à briga entre oficiais superiores, divulgada pela imprensa na época da entrevista). Então imagina, se entre eles que são coronéis acontece isso, imagina de capitão para soldado, de coronel para soldado (ex-deputado José Gomes da SILVA JÚNIOR, 2004).

O discurso entre a oficialidade, porém, é outro. Neste, a relação entre oficiais e soldados apresenta-se como tendo sofrido grande evolução, passando a ser tanto hierárquica quanto de camaradagem.

O Major 1 fala que o serviço exige que o policial seja mais especializado, aproximando soldado e oficial. Mas ele confirma a razão das afirmações dos soldados, ao acrescentar que os oficiais não são líderes, não dão exemplo, não vão ao enterro dos pais dos subordinados; não facilitam (no preparar a escala) o bico ou a viagem de fim-de-semana do soldado, concluindo que há razão para eles não gostarem dos oficiais. Essa percepção extrapola o âmbito da Brigada.

As lideranças da Brigada, com certeza, eu entendo, estão distantes da base. Os próprios oficiais da Brigada estão muito acima, distantes, das outras camadas que a Brigada têm e que devem ser valorizadas. A Brigada não é só de oficiais, é muito mais da própria base do que dos oficiais. [...] os Soldados ganham muito pouco, são muito pouco valorizados, e eles são a linha de frente (ex-deputada Maria do Carmo, 2004).

Nunca se cultuou nas instituições policiais uma formação intelectual de seus servidores voltada à reflexão sobre a sociedade e ao papel da polícia no âmbito da segurança, à institucionalização de uma polícia que atue com base na estatística criminal, na apropriação do conhecimento fornecido pela criminologia, psicologia forense e outras. Há quem radicalize e diga que nem mesmo os oficiais se preocupam com isso:

Todos oficiais diziam que a Brigada tinha de ter capacitação, mas nenhum na prática fazia, não era valorizado. (...). Não tem policial intelectual, ainda hoje a intelectualidade não é privilegiada, antes, quem era intelectual, era excluído do processo, afastado dos processos de promoções (Coronel da Reserva 2).

Todavia, mesmo na radicalização, há percepção do diferencial da Brigada em relação a outras PMs:

A questão, porém, se comparar a nossa Brigada com outros estados, a nossa oficialidade é uma das mais intelectualizadas. Todos saíram da APM e entraram em uma faculdade. A oficialidade da Brigada, a mais antiga, tem duas faculdades. Mas, na realidade, por considerar a atividade não complexa, como uma não profissão, as pessoas que fizeram esses cursos, nunca relacionaram esses cursos com suas atividades. Então eles têm uma intelectualidade geral, um é médico, outro advogado, mas aquilo não reverteu para o exercício da profissão (Coronel da Reserva 2).

A aparente contradição entre as duas afirmações explica-se na lição da Professora 3.

São pessoas que não têm condições, por exemplo, de fazer bem mestrado. Eventualmente sim, pessoas que são formadas em boas universidades. Agora, a maioria estuda, como eles dizem, aqui e ali, pois à medida que eles são transferidos, eles têm de mudar de universidade, então eles estudam em cursos muito ruins e com uma continuidade comprometida por essas transferências.

A Professora 2 percebe ainda uma transformação.

[a desvalorização da cultura na Brigada] Eu acho que isso está mudando rapidamente. Eles vivem num mundo em que são muito solicitados, eles consultam internet, estão vislumbrando um outro horizonte, fora da carreira profissional, eu vejo assim. Alguns me pediram indicações de livros, muitos falavam que gostariam e, se tivessem oportunidade, iriam continuar os estudos, iriam procurar fazer uma pós-graduação. De capitão para cima, eles estão mudando bastante a visão. Já tem de ter o diploma de Direito, já vem com o terceiro grau.

Dentro dessa realidade, no Rio Grande do Sul, apesar de críticas eventuais, a BM conta com reconhecimento das comunidades.

A população recebe bem a polícia. O prestígio da PM ainda é grande, embora varie de local para local. No Vale dos Sinos, ela é bem recebida. Há falta de efetivos, até por isso a população valoriza, tudo que é mais difícil, mais raro, é mais apreciado. Tanto em Novo Hamburgo quanto em São Leopoldo, temos desvio de condutas, mas a regra da corporação é uma conduta retilínea (Capitão 2).

E não apenas as relações são amistosas, há uma compreensão por parte dos dirigentes da Brigada sobre a realidade dentro da qual ela opera.

Os tenentes-coronéis traziam uma boa reflexão sobre a sociedade, a desigualdade social, o problema. Eles tinham bem consciência de que são sempre os pobres que estão nos presídios, alguns trabalharam nos presídios e tinham bastante noção sobre as questões envolvidas na questão da hierarquia social. (...). Já nas turmas de capitães, havia, não dá pra dizer que predominasse, havia bastante consciência dos problemas em geral, mas havia uma boa parte dos alunos bastante conservadores, era difícil convencê-los do contrário (Professora 2).

Para se alcançar um posto de oficial, antigamente, quer fosse no Exército, quer fosse na Brigada Militar, bastava a pessoa se destacar quando da ocorrência de um movimento armado. Para suprir a escassez de batalhas, uma prova escrita passou a ser realizada: “[p]ara dar ao candidato praça melhores condições para enfrentar este exame, que o tornasse habilitado ao oficialato, com o tempo foi criado um

curso preparatório, chamado Curso de Ensino, com aulas à noite” (BORGES, 1990, p 24). Assim, desde 1942, a Academia de Polícia Militar (APM) ocupa-se da (trans) formação de jovens gaúchos em oficiais da Brigada Militar.

Ao ensinar aos futuros comandantes como exercer suas atividades profissionais, a própria polícia determina, em parte, o futuro da corporação, o que, na “Canção do Cadete da Brigada Militar”, se expressa nos versos: “Sou o sol da esperança/ De um porvir com segurança”, bem como nos da “Canção da Academia de Polícia Militar”: “Já sorri-nos, alvorada,/ De um porvir mais promissor/ Do futuro da Brigada/ APM! És o penhor”¹⁵.

Na Academia, pois, o aluno, “Sendo jovem e vibrante”, encontra uma segunda mãe. Jovem em fase de formação é, em um primeiro momento, recrutado na tropa, como o foi o coronel Alberto Rosa Rodrigues (2006, p. 141) em 1943. Ele foi incorporado como soldado, como era chamado na época, do “papo roxo”¹⁶ e, em 1945, era promovido a cabo, no ano seguinte a sargento e, três anos depois, passava a ser aspirante a oficial. Cumpre destacar que isso tudo aconteceu graças a um sargento que, o vendo tocar na banda, disse:

Olha Rosa, se teu negócio é não dar serviço externo e nem fazer instrução diária, eu vou te propor o seguinte: tu vais passar a empregado aqui na Seção Administrativa e vais trabalhar comigo. E tem mais, tu vais estudar e fazer curso de cabos. Quem sabe um dia, dependendo do teu capricho, tu podes ser cabo ou até sargento da Brigada. Tu vais largar a banda de corneteiros hoje mesmo. E depois tem mais uma coisa, tu já pensaste no teu conceito para o futuro: PRETO, BRIGADIANO E CORNETEIRO? (RODRIGUES, 2006, p. 92, grifado no original).

O soldado esforçou-se e ultrapassou os limites que lhe foram traçados. Mas, depois dessa época de acasos e chances, a seleção dos futuros oficiais passou a ser profissionalizada, impondo requisitos cada vez maiores.

Na sequência, o aluno-oficial era, concomitantemente, aluno do atual Ensino Médio. Decidia cedo pelo ingresso na Brigada e recebia, junto com sua formação estudantil, preparo profissional. Depois, a corporação passou a recrutar egressos do Ensino Médio, que eram selecionados e recebiam, em regime de internato, formação exclusivamente profissional.

Importa destacar que, durante esse processo de formação do aluno-oficial, ele era considerado um praça especial, com acesso ao círculo de oficiais subalternos. Na hierarquia, já possuía, portanto, posição de relativo destaque. Logo, desde sua fundação, a Academia recebeu os maiores cuidados e respeitos da BM:

15 A canção da APM, na realidade chamava-se “Canção do CIM”, a letra foi adaptada tendo em vista a modificação da designação da Escola. A Canção do Cadete está sendo, agora, modificada, substituindo-se a expressão “aspirante” por “cadete”. Elas se diferenciam pelo fato de que a primeira pode ser cantada por todos os policiais da unidade e, a segunda, apenas pelos alunos-oficiais.

16 É o apelido vinculado ao uniforme que a Brigada utilizou do início do século XX até o ano de 1944. Era cáqui, como o do exército e, para se diferenciar deste, possuía um detalhe azul na gola. Como este desbotava com o tempo, ficava roxo. Lembrava um papo roxo.

o Comando Geral que nos convidou a assumir a Academia, e de pronto aceitamos, pois para nós, qualquer integrante da Brigada, em qualquer nível, nós temos uma predileção muito especial pela Academia, porque é o órgão de formação, a origem de todos os líderes, todos os chefes, todos os diretores da Brigada Militar, enquanto oficiais de carreira (Tenente-Coronel 2).

A Brigada valoriza muito a Academia porque a Academia representa para a corporação o núcleo. A base de todo processo de ensino, estudo da doutrina e de educação como um todo, é uma unidade de elite da corporação. A importância da Academia está no fato de que ela procura ter um projeto pedagógico. Procura, sempre procurou, ao longo da história, crescer e ela tem uma história de crescimento. Ela foi criada como uma escola simples, até chegar ao terceiro grau, ela tem um crescimento forte. Ela não trabalha só com a formação, como também a especialização. Ao longo da carreira do oficial, em algum momento da vida, ele volta à Academia para poder ter conhecimentos que lhe permitam progresso dentro da carreira. Além do que ela proporciona visões extra Estado, extra corporação, na medida em que ela aceita alunos de outras instituições, quer do Brasil, quer de fora do Brasil e proporciona a ida de oficiais nossos a outras instituições (Coronel da Reserva 3).

Para compreender como se processa, hoje, o ingresso do futuro oficial na Polícia Militar gaúcha, cabe lembrar que, de acordo com a Lei Estadual Complementar n. 10.990/97, artigo 14, na carreira, existem servidores militares de nível superior e de nível médio. Os de nível médio são os soldados, sargentos e tenentes, estes últimos ditos oficiais subalternos. Os de nível superior são chamados de oficiais intermediários e superiores, sendo eles, respectivamente, os capitães e, no grupo mais elevado, os majores, tenentes-coronéis e coronéis.

Os artigos 2º e 8º da Lei Complementar n. 10.992/97 definem o oficial da BM como um servidor militar estadual de nível superior, que exerce atividades de comando, chefia ou direção dos órgãos administrativos, de média e alta complexidade, da estrutura organizacional da Polícia Militar. A ele cabe o planejamento, a coordenação e o controle das atividades, na forma regulamentar, bem como o planejamento, a direção e a execução das atividades de ensino, pesquisa, instrução e treinamento, voltadas ao desenvolvimento da segurança pública no Rio Grande do Sul.

Os oficiais são policiais com formação de liderança, aptos ao gerenciamento das atividades de polícia; eles pensam as ações e acompanham sua execução; podem inclusive alterá-las, conforme aconteçam desdobramentos

no momento da execução, relativas a variáveis impensadas nos planos. Mas, como polícia não é apenas “prender ladrão”, a eles cabe ainda possuir capacitação em Sociologia, Gerenciamento Organizacional e Relações Humanas, Didática, Estatística, Higiene, Primeiros Socorros, Administração e Direito.

Nós temos uma ficha de informações com 23 itens, características necessárias ao oficial. As principais são liderança, capacidade de iniciativa, pois ele tem, em determinados momentos, poder de decisão; o aspecto físico, até pelo acúmulo de atividades que ele desempenha, eu hoje tenho oito funções no quartel, então, chega um momento que tu tens de ter um plus emocional, físico. Eu acredito que um conhecimento técnico, um lastro técnico, até para poder transmitir, pois ele, como oficial, é comandante e precisa excelente relacionamento interpessoal para poder conviver com os universos com os quais ele convive (Capitã 1).

Essa perspectiva da força e do condicionamento físico surge mais como necessidade psicológica do que instrumento para fazer prevalecer a autoridade (em um momento no qual a tecnologia substitui a força física, em que a arma de fogo — e as não letais — “resolve” o que antes dependia de força bruta). Assim, reiteram-se as justificativas, ressaltando o aspecto emocional positivo proporcionado pela prática de exercícios.

A força física é necessária porque, em muitas operações, tu precisas da força física, muitas vezes te é exigido mais do que o normal e para isso tu precisas do preparo físico, a mente preparada, mas num corpo são. Então o trabalho físico é mais do que necessário (Coronel da Reserva 1, presidente da AsofBM).

Mas, na opinião do Capitão 3, existe predomínio da atividade administrativa no cotidiano do oficial da BM.

O oficial é um líder na parte operacional. Trabalha também na rua, diretamente com o público. Mas é mais administrador da corporação, um gerente, desde os coronéis que são os diretores mesmo, até os tenentes, os capitães, que hoje são praticamente nivelados, que são os gerentes de pessoal (Capitão 3).

Várias são as características do ser e da atuação dos oficiais, vinculadas às diversas tarefas que executam. Somente se fosse possível definir a função da polícia poder-se-ia também, facilmente, definir as funções dos oficiais desta polícia. Para Luiz Iponema (1983),

[o]ficial de Polícia Militar é o ELEMENTO DE COMANDO; portanto, um componente de alto valor. O OFICIAL PM: colhe dados estatísticos; prevê; planeja; executa e faz executar; fiscaliza; comanda. (...). A sociedade espera do oficial PM: eficiência; dedicação; integridade; desprendimento; coragem; lealdade; espírito de justiça; cultura profissional. É no oficial PM que está depositada a fé pública, traduzida como a CONFIANÇA DO POVO. Significa que o povo deposita toda confiança no oficial PM. É para o oficial PM que converge toda a responsabilidade do dever policial-militar, perante a sociedade (grifos do autor).

Assim,

[p]ela complexidade de sua formação o oficial PM recebe formação, instrução a treinamento especial, cuidadosamente elaborado por oficiais capacitados e técnicos habilitados. A Brigada Militar deposita em seus oficiais a certeza do dever cumprido em prol da Segurança Pública do nosso Rio Grande do Sul (IPONEMA, 1983).

Acrescenta, igualmente, que, por ser oficial PM, cabe a ele servir de exemplo para a comunidade, expressando-se por meio de atitudes estudadas, postura elegante, caminhar marcial, tom de voz “comunicante” e ótima apresentação. O oficial é um “símbolo da tranquilidade” e, para preservar a coletividade social, possui “FÉ PÚBLICA” (IPONEMA, 1984, grifos do autor).

Essa exigência de tanto caráter e dignidade, porém, na opinião do Major 1, apesar de todo o discurso e hinos, aparece mais como exceção do que regra: “Os oficiais devem ser líderes, mas uns poucos nomes, na história da Brigada, abdicaram de cargos ou regalias, salários, pelo dever, pelos valores de um oficial”.

Com múltiplas atividades, os oficiais devem estar preparados para todas elas, sejam operacionais ou administrativas. Outro destaque surge para o relacionamento humano, eis que o oficial atua, diretamente, com seus subordinados e com o público de seus serviços, a população.

O oficial da Brigada tem de trabalhar, principalmente, a questão humanística, a questão de justiça, aquele sentimento de justiça, de cumprimento de leis, isso é o principal. E saber que o seu material de trabalho, entre aspas, é sempre um cidadão, seja ele da classe mais humilde ou daqueles “sabe com quem está falando?”, é sempre um cidadão, então nos parece que o fundamental é saber que tu estás tratando com uma pessoa humana, o fundamental é tu saberes que aquele cidadão que está na tua frente, tem de ser tratado como tu gostarias de ser tratado, para nós é o fundamental (Coronel da Reserva 1, presidente da AsofBM).

Essa é uma situação extremamente complexa, eis que, em regra, o cidadão com quem o oficial se relaciona não é apenas uma pessoa, mas um sujeito em estado de choque, atingido por uma ação que fez com que chamasse o policial. É um cidadão fragilizado e/ou exaltado, em busca de “justiça”, pessoa com suas idiossincrasias, a quem o policial deve se dirigir, porém cujas expectativas, desejos e reações desconhece.

As situações nas quais atua são propícias à exacerbação de conflito. Uma preparação psicológica mostra-se, então, fundamental para propriamente agir. Entretanto, como em outras situações, o oficial precisa atuar *in loco*, sem preparo maior do que o obtido em instantes de observação e, se sorte tiver, informações fornecidas por soldados que estejam no local.

Seu contexto de atuação é bem diverso daquele vivido por outros profissionais. Imagine-se um psicólogo a clinicar no meio da rua, ou um advogado, promotor ou juiz, a decidir longe de seus livros, sem acesso à internet, fora de seus escritórios ou gabinetes, refrigerados no verão e aquecidos no inverno. Ao oficial cabe atuar, independentemente de possuir no momento e no local as condições adequadas, não podendo esperar que estas condições se realizem ou que o problema seja deslocado para ambiente e momento mais propícios.

Poder-se-á pensar, assim, uma formação adequada para garantir a segurança em um Estado Democrático de Direito, com fundamento nos princípios do Estado, para que os policiais se percebam como cidadãos, funcionários públicos, agentes criativos, seres humanos convivendo em sociedade e não meros cumpridores de atividades; em uma formação em que os líderes da Brigada sejam pessoas com capacidade e autonomia para enfrentar problemas, e preservar direitos e garantias dos cidadãos.

Duas grandes possibilidades surgem. A primeira, a partir da perspectiva da prevenção da criminalidade, de forma proativa, pedagógica, muitas vezes antes da ocorrência do delito — fato previsto na lógica policial-militar, eis que essa polícia define-se como ostensiva, apresenta-se como comunitária. Inclui, assim, a possibilidade de desenvolver unidades voltadas à inteligência policial, buscando, com o uso da estatística criminal, diminuir a taxa de ocorrências e ainda identificar quadrilhas e frustrar planos criminosos.

A outra possibilidade de formação consiste em preparar os policiais para o combate à criminalidade, treinar homens em técnicas de atuação nos cenários prováveis e no uso de armamentos potentes e modernos que lhes permitam interromper a ação criminoso ou perseguir o suspeito após o fato, criar unidades especializadas para atuar em casos especiais (sequestros, terrorismo etc.). Essa atuação reativa, com fundamento em modernas técnicas e com uso de equipamentos especiais, mostra, neste paradigma, que a polícia impede a impunidade das ações delituosas.

Nos fatos cotidianos da Academia, pode-se perceber uma primeira aproximação a esses modelos, verificando-se qual a formação recebida.

A Academia serve para a formação do oficial da Brigada Militar: o líder para comandar a atividade policial militar. Eu diria que, enquanto eu estava na Academia, quando aluno, eu ficava me perguntando por que a formação militar da Academia de Polícia Militar? Eu perguntava “por quê?” E não encontrava resposta. Eram os exercícios de campanha, eram os exercícios de vivacidade, e no decorrer de minha carreira eu comecei a entender melhor todas as questões da formação do policial militar, principalmente ligadas à área militar (Major 1).

Na declaração do oficial percebe-se a semelhança entre o pensamento do egresso da APM e o de egressos de outras instituições de ensino: a insegurança, a desconfiança sobre o que aprende, sobre a utilidade do conhecimento adquirido, até reconhecimento, no final, de que o tempo de aprendizagem não significou um tempo perdido, mas um processo com uma lógica passível de apropriação e útil para o desempenho de uma profissão, com aspectos positivos e negativos.

Eu tenho lembranças sobre vários aspectos, vou falar primeiro dos negativos, o que talvez seja o maior aspecto negativo é que tu deixas uma parte de tua juventude lá dentro, os quatro anos que tu passas lá é em função do curso, tem período de férias, mas é dedicação exclusiva, é diuturno, aula de manhã e de tarde, serviço à noite às vezes. Aí, no outro dia, está com sono, dormindo, mas tem que puxar energia, força moral, principalmente, para seguir no curso com todas as atividades e tendo um desempenho satisfatório. Então é realmente muito puxado neste sentido (Capitão 2).

E também,

[a]gora, os aspectos positivos, eu diria que são em maior número que os aspectos negativos. Os aspectos positivos iniciam pela própria formação técnica profissional, uma coisa que se aprende lá dentro é não esmorecer diante das dificuldades, se aprende a lidar com a frustração (...). E o convívio com todos os meus amigos, meus colegas, meus colegas que se tornaram meus amigos, que são até hoje, e acho que vão ser para a vida inteira. E a profissão que nós, que tu acabas passando a exercer, e incorporar no teu ser, é a minha profissão, ser policial militar, poderei ter outras profissões no futuro, ser advogado, trabalhar no comércio, alguma coisa, mas a minha profissão é esta (Capitão 2).

A perda da juventude acaba suplantada pela construção de uma nova personalidade, pela “incorporação no teu ser” de novos valores, pela constituição de um novo grupo de relações. Essa formação se incorpora ao homem que se percebe policial militar e acaba sendo como uma verdadeira nova “pele” do sujeito, com características que serão agregadas a uma nova forma de ser, a tal ponto que somente nela consegue se enxergar e se reconhecer¹⁷.

De toda forma, o oficial da Brigada apresenta-se como um homem comum, em busca de uma melhor qualificação profissional, de um futuro ativo. Não merece ser percebido como um super-homem, eis que se apresenta, como seria de se esperar, como uma pessoa marcada por aspectos positivos e negativos. É, em regra, um cidadão, militarizado, que trabalha para viver, para garantir o futuro de seu cônjuge e filhos. Conhecer o processo pelo qual ele se forma aparece como necessidade premente, pelo fato de a segurança pública representar, cada vez mais, questão básica para a qualidade de vida nas cidades e nos campos do país.

Logo, considerando a lição de que “[l]os problemas en la formación de los oficiales de policía y en su carrera representan un asunto básico para o porvenir de vigilar” (SANTOS, 2002), há necessidade de pensar essa formação no sentido de alterar o paradigma hoje dominante nas Academias (positivismo penal) para uma perspectiva crítica, que incorpore conhecimentos oriundos das Ciências Sociais, da Criminologia, da Psicologia e do Serviço Social. Para tal, importa sempre considerar que,

[e]m várias ocasiões, quando no cargo de Comandante-Geral da Brigada Militar, o Coronel Jerônimo Carlos Santos Braga afirmou em seus discursos que os policiais militares haviam aprendido a executar e não a pensar. Esta manifestação incômoda que mexe com os brios milicianos, expressa uma característica histórica da Brigada Militar que, por valorizar excessivamente a capacidade de realizar ações operativas, deixa de lado a posse das ideias referentes a seu trabalho, dificultando a consolidação do conhecimento que dá suporte ao exercício da polícia ostensiva (ROCHA, 1993).

E perceber, igualmente, que a grande diferença proposta pelas leis estaduais de 1997 refere-se ao ser tenente: antes era como tenente que ingressava o jovem na carreira de oficial; ser tenente era um começo. Agora, não mais. O jovem que pretende começar na carreira policial como oficial, aprovado em concurso público, o fará, hoje, no posto de capitão. Tenente será o praça que galga o posto máximo a si reservado. Deixará de ser início de carreira e passará a ser final, para o praça, que alcançará o título de oficial (ainda que adjetivado de “subalterno”).

¹⁷ Bourdieu (1997) talvez não tivesse exemplificado melhor o conceito de habitus.

Parece buscar-se a promoção de um sistema “misto”, eis que, não tendo um tronco comum, para que o ingressante na mais baixa posição hierárquica possa chegar a comandar a força policial, permite-se que o mesmo chegue à posição de oficial, pertencente aos escalões superiores da organização policial. Evita-se o epíteto de preconceito em relação a quem ingressa como soldado, sem, todavia, permitir que alcance os verdadeiros cargos de comando da corporação.

A referência genérica à formação do oficial da Brigada Militar, utilizada neste trabalho, remete ao jovem que aspira a tornar-se, por meio de ingresso via concurso aberto à comunidade, oficial intermediário, ou seja, capitão. A Lei Estadual Complementar n. 10.992, de 18 de agosto de 1997 (artigo 2º, § 1º), dispõe que

[f]ica instituída a carreira dos Servidores Militares Estaduais de Nível Superior, estruturada através do Quadro de Oficiais de Estado Maior – QOEM e do Quadro de Oficiais Especialistas em Saúde – QOES.

§ 1º – A carreira dos Quadros de Oficiais, de que trata o caput deste Artigo, é constituída dos postos de Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.

Importa ressaltar que estes correspondem aos quatro níveis possíveis em uma carreira de delegado de Polícia Civil (de quarta à primeira classe). O artigo 3º da mesma lei complementa.

O ingresso no QOEM dar-se-á no posto de Capitão, por ato do Governador do Estado, após concluída a formação específica, através de aprovação no Curso Superior de Polícia Militar.

§ 1º – O ingresso no Curso Superior de Polícia Militar dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos com exigência de diplomação no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais.

§ 2º – Os aprovados no concurso público de que trata o parágrafo anterior, enquanto estiverem frequentando o Curso Superior de Polícia Militar, cujo prazo de duração não excederá a dois anos, serão considerados Alunos-Oficiais.

A partir da data de entrada em vigor dessa lei, então, para ingresso na APM, revoga-se o disposto pelo Decreto n. 37.536, de 8 de julho de 1997; norma promulgada 41 dias antes. Sobre esta, ressalte-se que renovava, como condição para ingresso na Brigada, com destino a Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais de Polícia-Militar (artigo 3º, inciso I), entre outros critérios, ser do sexo masculino, ter idade inferior a 23 anos, ser solteiro, não possuir encargos de família e possuir o 2º grau completo ou equivalente.

Deixando clara a matéria, o artigo art. 6º, § 5º, da Lei Estadual n. 10.992, de 1997, declara que “O Curso Superior de Formação de Oficiais (CSFO/BM), com vigência anterior a esta lei, é equivalente e substituído pelo Curso Superior de Polícia Militar”.

Agora aceita-se o ingresso tanto de homens quanto de mulheres, não havendo limitação no que tange à existência de encargos familiares, ter até 29 anos (se já for integrante da corporação não há limite de idade, conforme a Constituição Estadual, artigo 46, inciso II, e a Lei n. 12.307/2005, artigo 2º, parágrafo único), exigindo-se, em especial e obrigatoriamente, o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

Na realidade não basta ser brasileiro e aprovado, aparecem, igualmente, como requisitos: possuir ilibada conduta pública e privada; estar quite com as obrigações eleitorais e militares; não ter sido isentado do serviço militar por incapacidade física definitiva; não ter sofrido condenação criminal com pena privativa de liberdade ou qualquer condenação incompatível com a função policial militar; não estar respondendo processo criminal; obter aprovação nos exames médico, físico, psicológico e intelectual, exigidos para inclusão, nomeação ou matrícula (artigo 10).

Essa situação marca profunda alteração no processo, desde o recrutamento, a seleção, o ingresso até o processo de formação dos oficiais da BM. Algumas questões, porém, ficam em aberto, como, por exemplo, o *status* atual do CSPM. Antes ele era equivalente a um curso superior, conforme o citado Parecer n. 726/81; agora, perante a nova exigência, deixa de sê-lo, em decorrência da significativa diminuição de horas-aula.

Poder-se-ia pensar na equivalência, agora, com um curso de pós-graduação. E, de fato, alguns movimentos podem ser percebidos nesse sentido, como a Lei Estadual n. 12.349, de 2005, que prevê, entre as modalidades de cursos que disponibilizará, o de especialização (artigo 6º, III) “que assegura, em nível de pós-graduação, a qualificação específica dos oficiais da carreira de nível superior”. Para resolver a questão prevê em seu artigo 11:

Art. 11 – Os cursos realizados em estabelecimentos de ensino policial militar por detentores de cargos de nível superior, constituem, para efeito universitário, cursos de pós-graduação, desde que atendida à legislação pertinente.

Daí o fato de o CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) estar acontecendo em parceria com instituições de ensino que possam legitimar o título dos oficiais. Todavia, o critério de licitação, realizada em alguns casos na forma de pregão eletrônico, levando em consideração apenas o requisito de valor, diminui o interesse de muitas instituições em participar, pois aquelas com professores menos qualificados apresentam propostas mais baratas, eis que sem compromisso com a qualidade. Todavia, a Brigada não parece se preocupar com o fato de receber diplomas de instituições de menor tradição, que são menos (ou nada) considerados no campo da educação.

Objetivamente, em relação a esses cursos, há de se atentar para o fato de serem marcos na formação do oficial, ao proporcionarem, em caso de aprovação, a progressão na carreira, primeiro para oficial superior e, ao final, para coronel.

A Lei n. 10.992/97, no artigo 5º, § 1º, prevê que, para a promoção ao posto de major, o capitão deve ser aprovado no Curso Avançado de Administração Policial Militar (CAAPM) e que, para chegar a ocupar o posto de coronel, o tenente-coronel deve formar-se no Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública (CEPGSP) (artigo 5º, § 2º).

O CAAPM vem, pois, a substituir o curso antes conhecido como CAO e o CEPGSP, o como CSPM (Curso Superior de Polícia Militar) (que é como se chama agora o antigo CFO – Curso de Formação de Oficiais). Sobre esses cursos superiores, Rocha (1993) faz uma crítica contundente, dizendo que, ao preparar egressos para diversos cargos operacionais e de comando, em muitas tarefas especializadas, inviabiliza a construção de um currículo mais individualizado, tornando a matéria ampla e difusa, muito distante da realidade dos alunos. E acrescenta:

Teoricamente, esses cursos funcionariam como um “divisor de águas” entre oficiais que ascenderiam ou não aos postos superiores da escala hierárquica. Na prática, isto não ocorre, pois quase a totalidade (senão a totalidade) dos pretendentes que chegam até eles adquirem a condição para o acesso. E não se credite isto ao nível de excelência (exigência) dos cursos, pois eles funcionam mais como “ritos de passagem” do que como desafios a serem vencidos. As próprias condições de inscrição não subsistem por muito tempo quando impedem o ingresso de pretendentes que não as possuem no grau exigido (ROCHA, 1993).

O oficial apresenta ainda outra crítica, mais preocupante:

Uma outra perspectiva deste mesmo problema diz respeito ao investimento do Estado na preparação do seu pessoal e a contrapartida destes na prestação de serviços. (...) Como a tendência recente vem apontando para o aumento da permanência nos postos inferiores da escala hierárquica (até capitão), depreende-se que deva ocorrer a diminuição do período de permanência na ativa após a realização do CSPM. (...) Esta não é uma questão isolada que pode ser tratada sem considerar a carreira do oficial, a necessidade de qualificação para os diversos cargos e funções, a estrutura organizacional da corporação aos fins do ensino (ROCHA, 1993).

Isso significa que o Estado investe muito na carreira de pessoas que pouco tempo permanecerão em seus cargos. Mesmo com as reformas promovidas, a realidade não se altera. Um oficial, ao longo da carreira, passa por três cursos de formação, durante não mais do que 30 anos. Assim, mais de 10% da carreira, aproximadamente quatro anos, são de formação (sem contar cursos de pequena duração); sendo que o último serve não mais do que para alcançar o último posto antes da aposentadoria.

Refletindo sobre a experiência de lecionar nesses cursos, a Professora 3 relata que a experiência foi “fantástica”:

Eu cheguei a tomar um susto quando entrei na sala. Eu entrei na sala com o Costa (o coronel foi comandante da Academia e da própria Brigada), que ele era da Academia de Polícia. Foi uma loucura porque eles se levantaram e se perfilaram porque estava chegando um oficial superior. Eu estranhei desde o desenho da sala, porque eles tinham carteiras no formato de espinha de peixe, e cada um seu lugar. Eu senti, intui que tinha uma ordem ali, tinha um sentido hierárquico e estratégico, a organização da sala, eles diziam que era a estética do Costa, pois ele tinha inventado aquilo. Mas realmente, de qualquer lugar da sala que eu estivesse, eu enxergava o rosto de todos. E o que eles estavam fazendo.

Outra coisa que me chamava atenção, que dava um artigo, ou um conto, agora estou fazendo literatura, acho que vai dar um conto, pode ser mais rico, mais interessante, a lista de chamada tinha o nome das pessoas e, grifados, os nomes de guerra, eu chamava e eles respondiam pelo nome de guerra, levantavam e sentavam. Eu achava aquilo muito divertido. Imagina, eu acostumada a dar aulas para as Ciências Sociais, é um outro ethos, outro código de comunicação. Aí eu comecei a bagunçar um pouco isso, comecei a chamar as pessoas por outro nome que não o de guerra, foi o caos. Criou-se um desconforto, uma parcela ficou ofendida, se sentiu agredida, desqualificada, porque ser o Trindade significava alguma coisa, se não me engano o Trindade não, não era médico, o Trindade era advogado se não me engano, ser Trindade era uma coisa e ser fulano é outra e assim sucessivamente.

Aí se instalou um jogo de poder em que eles acionavam a masculinidade em oposição à minha feminilidade. Aí eles me chamavam de professorinha, fizeram charge de mim e botaram no mural, começaram a minha desqualificação a partir do gênero, por eu ser mulher, então, a autoridade ficava complicada. Aí, claro, eu aproveitei para trabalhar antropológicamente a coisa, e até o fato de não haver oficiais superiores mulheres na Brigada Militar na época.

O questionamento da Professora 1 refere-se à capacidade de os colegas, da corporação, lecionarem nos cursos. Para ela, apesar de possuírem, na Academia, disciplina de didática,

[a] maioria deles (policiais militares), quando convidados para ministrar determinadas matérias, possuem o controle do conteúdo, mas não da técnica de aprendizagem, do processo pedagógico. Essas são as incoerências dentro do ensino da Brigada.

Quanto à vida na Academia, vale relatar que, no início da década de 60, conforme recorda o Coronel Bento Mathuzalém de Vasconcelos¹⁸, presidente da Turma 64 (referente ao ano de formatura: 1964), em março de 1961, a turma foi incluída na Brigada Militar. Ele inicia seu relato dizendo que esta foi a única turma do CFO a viver, na Academia, na época chamada CIM (Centro de Instrução Militar), dois episódios de grande repercussão política na recente história do país: a Legalidade e a Revolução de 31 de março. Participou também da alteração do papel da BM, que passou a ser responsável pelo policiamento preventivo ostensivo.

A turma contava com 82 “jovens idealistas [...] no melhor momento de suas vidas, no esplendor da juventude, com todos os sonhos e alegrias próprios desta fase da vida”. Eles acordavam com o toque de alvorada, às seis horas, e seguiam para o café. Depois tinham formatura geral e iniciava-se o expediente administrativo. Era o momento das aulas, das visitas médicas. Ao meio-dia, com o término das aulas da manhã, almoço; depois, “silêncio relativo” até às 13 horas e 30 minutos, quando havia nova formatura geral, seguida pelo reinício das aulas, que terminavam às 17 horas e 30 minutos. Às 19 horas e 30 minutos, deslocavam-se para o jantar e às 21 horas acontecia uma revista. Às 22 horas era declarado silêncio até o recomeço das atividades. Essa rotina, repetida durante os quatro anos do curso, em regime de tempo integral e internato, favorecia a disciplina e a hierarquia. Entretanto, apesar delas e da possibilidade de punição, o coronel lembra que alguns arriscavam-se a sair do quartel.

No primeiro ano, estudaram 20 matérias, sendo que todas possuíam professores militares, com exceção de português. Em regra, eram oficiais, mas dois aspirantes também lecionavam (“Ordem unida a pé” e “Maneabilidade”). Nos anos seguintes, a situação se repetia, sendo apenas o professor de português um “paisano”; afinal, o currículo compunha-se, em 90%, de disciplinas militares.

Destaque-se que, na disciplina de matemática, lecionada por um capitão, no primeiro ano, quase metade da turma foi reprovada, obrigando muitos a “dar baixa”. Assim, ao passarem para o segundo ano, a turma reduzira-se à quase metade do número de ingressantes. Aos sábados pela manhã, no refeitório, o coronel Aldo Ladeira Ribeiro proferia palestras sobre a história da Brigada. Os “trotos”, destaca, nunca foram violentos ou aviltantes e serviam para ambientar o grupo no CIM; além disso, havia formas de resistência: “Quando o ‘veterano’ era ‘mau’, consta que alguns ‘bichos’ ‘mijavam’ em suas marmitas.” (VASCONCELOS, 2005). Quanto a 1961 e 1964, o coronel revela, mas não explica, as contradições da participação da turma.

18 Disponível em: <<http://www.asofbm.com>>. Acesso em: 28 fev. 2005.

Em agosto, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, a turma se envolveu no Movimento pela Legalidade, liderado pelo governador Brizola e com a participação ampla de toda a Brigada.

Foi o nosso “batismo de fogo”. O portão “caiu” por volta das 16h do dia 26. Organizadamente, cavamos trincheiras e espaldões [...].

Em março [de 1964], a situação política agravou-se [...].

Muitos colegas foram presos e indiciados em IPM e Sindicância, acusados de subversão. Entre eles, os principais foram Celso – Ghelen – André – Ilmor e Brandeburski. [...].

O Bento, Guimarães e o Leão Caio fizeram parte do Batalhão Volante do CIM, que atuou por quase três meses na região do alto Uruguai, para “consolidar” a Revolução (VASCONCELOS, 2005).

Recorda-se, ainda, da forma de escolha do paraninfo e dos homenageados:

O paraninfo foi o governador Meneghetti, sem muita discussão, pois era vontade do Comando. Discutida foi a questão dos homenageados. A turma queria o Capitão Fernando Farias da Rosa, que não foi aceito por motivos políticos. O próprio Capitão Farias esteve em sala de aula e, agradecido, pediu que não insistíssemos. Assim, acabou sendo imposto o nome do Coronel Ernani Afonso Trein, Comandante do CIM (VASCONCELOS, 2005).

Na memória do coronel, os jovens alunos orgulhavam-se de pertencer à Brigada e daí a felicidade em participar dos desfiles de 7 e 20 de setembro, oportunidades de mostrar “todo o garbo e o brilho da tropa melhor preparada do Rio Grande”.

Tendo ingressado no CFO em 5 de fevereiro de 1970, para um curso de cinco anos em regime de internato, o futuro comandante da corporação, Pereira (2006, p. 31; 38), filho de brigadiano, relata:

O modelo de ensino aplicado na Escola, baseado no conceito de Skinner (estímulo-resposta), era compatível com os discursos de alguns superiores hierárquicos, como: “ou troteia ou sai da estrada”; “aqui tu só diz três coisas: sim, senhor; não, senhor; quero ir embora”; “não somos melhores, nem piores que ninguém, somos diferentes”. Essas frases levavam de roldão qualquer pensamento contrário, aliás, para que pensar o contrário?

Nessa mesma década de 1970, os aspirantes a oficiais, Claiton Rui da Costa Portilho e João Baptista Mottini, fizeram, respectivamente, o texto e as ilustrações de uma história em quadrinhos intitulada “O Cadete da APM” (reproduzida em MEDINA, 1991, p. 75 e seguintes). Nela são retratadas as paradas, as aulas; um cotidiano não diferente daquele dos anos 1960. Em um diálogo, diz o narrador: “às nove e trinta, os cadetes fazem um intervalo nos estudos” e dois alunos falam:

- Bah tchê! Ainda bem que acabou aquela aula, já “tava” quase “bodeando”.

- Quase?! Tu já tava “babando” em cima do livro (MEDINA, 1991, p. 78).

Em outra passagem, vê-se um colega avisando outro de que haveria revista e que ele ficaria detido, pois seus cabelos estavam compridos, ao que ele retruca: “Não! Não vai dar nada. Eu já fiz o ‘pezinho’ e o auxiliar é meu camarada” (MEDINA, 1991, p. 76).

Esse era um cotidiano marcado pela vida em comum em uma instituição total, da quarta categoria, indicada por Goffman (1992, p. 17), ou seja, das “estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas por meio de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas”. A APM estabelece-se tanto como unidade militar quanto como instituição de ensino.

Enquanto quartel, assemelha-se a outros, pelo uso obrigatório da farda, pela disciplina, por se tratar de uma unidade na qual policiais militares vivem e cumprem missões, aprendem, para quando chegarem à tropa.

Quando a Academia era somente para formação de oficiais, nós tínhamos 160, 170, 200 alunos em formação a cada período. Entre os próprios alunos se treinavam as funções de comando (...) a nossa experiência, éramos todos alunos com o mesmo nível hierárquico, a mesma idade, a referência, quando se chegava na tropa se tinha muitas vezes o choque, o aspirante ali, com 19, 20, 21, 22 anos, comandava o homem com idade para ser pai dele. Como é que eu me coloco? Como é que eu me posiciono? Como é que eu trato? (Tenente-Coronel 1).

Diferencia-se deles, também, porque trata da missão de ensino, porque nela o combate não é real, mas simulado, porque a ação visa ao preparo para a atividade de policial militar. Também com as instituições de ensino superior a Academia possui semelhanças e diferenças, oriundas estas, em especial, do adjetivo “militar”. Não fosse isso, seria mais próxima de algumas instituições (públicas) pelas (poucas) condições oferecidas em relação a outras (privadas). Por outro lado, seria mais próxima de algumas instituições (privadas) que outras (públicas), pela menor qualificação acadêmica dos professores; mais próxima de

alguns cursos (Direito) do que outros (Comunicação Social), pelas características das relações entre professores e alunos e opção dominante pelo processo de ensino-aprendizagem (conteúdo ou habilidades).

Os oficiais que por ela passaram recordam-se de que

[a] impressão que eu tinha como aluno-oficial era que minha formação era deficitária, mas depois, na prática, vi que minha formação era melhor que a esperada. A primeira impressão que eu tive quando cheguei na unidade, conversando com uns colegas, era que eu tinha esquecido tudo, não sabia mais nada, mas depois, a autoconfiança vai prevalecendo, a gente vai encontrando as dificuldades do caminho e vai conseguindo superá-las, então, a gente verifica que a base é bem forte, a formação é boa, a gente vai encontrando soluções (Capitão 3).

Os oficiais entrevistados valorizam o aprendido na Academia, que deve ser re-assimilado ao cotidiano de trabalho. Continua o Capitão 3:

Na minha formação como oficial tivemos excelentes instrutores, um currículo bem completo na Academia. Mas a gente só consegue assimilar de fato quando vai atuar. Vai fazer uma analogia entre a teoria e a aplicabilidade na prática e vai sedimentar esse conhecimento. Só o conhecimento teórico, hoje, talvez eu não soubesse que providências adotar, só por minha formação na Academia, mas como estás constantemente vivenciando na prática.

Tais posições são ratificadas pelo Capitão 2:

A Academia deu parte dos fundamentos e a outra parte a gente adquiriu com os oficiais mais antigos, nas abordagens feitas sobre os assuntos, os ensinamentos feitos por eles, com o convívio com os praças mais antigos, com a tua avaliação sobre a situação. Então, de todas essas influências aí, tu fazes um mix e busca uma solução, um resultado para uma nova situação, um problema que surgiu, que não foi visto na Academia, que não teve oportunidade. A coisa é, a atividade é muito dinâmica, então exige um aprendizado fora dos padrões acadêmicos brasileiros (Capitão 2).

Não outra é a lição do coronel Pereira (2006, p. 43), que declara ter ficado, ao chegar ao batalhão para o qual fora designado, durante sete dias sem praticamente sair do quartel, conhecendo a rotina, o serviço. “Era necessário, pois havia certa complexidade que a escola não ensina, a prática, que você somente aprende fazendo”.

A qualidade do ensino na APM aparece nas declarações, com discernimento, pois há elogios e críticas, mas, em especial, quando comparado com o ensino oferecido nas instituições superiores “civis”, adquire vantagem pela seriedade.

Agora, o ensino, o grau de exigência, várias vezes eu pensava, pensava, mas um instrutor cobra mais do que outro, um professor exige mais do que o outro, um faz prova de uma maneira, outro de outra, e às vezes eu me perguntava se não tinha de ter um padrão sempre, a Academia tem um padrão de provas, mas um padrão de ensino não tinha. Agora, fazendo a universidade, eu vi que é pior, eu vi como o CFO até era bom (Capitão 2).

Mesmo disciplinas por vezes desconsideradas recebem elogios.

No meu CFO tivemos duas cadeiras de Didática. Tivemos de lecionar para a própria turma. Foi útil, meus professores foram oficiais. Uma, me lembro, foi uma Tenente, hoje Major (Capitão 3).

O Coronel da Reserva 1 compara explicitamente as duas instituições, ressaltando as vantagens da APM.

Eu acho fundamental a forma da Academia, bem mais, digamos, eu diria mais eficiente, porque, é claro, as universidades, até pelo excesso de alunos, é na base da cruzinha, as avaliações da Academia, via de regra, da maioria, tu tens de desenvolver o intelecto, tu tens de escrever, tu tens que demonstrar o teu conhecimento através da escrita ou então através da dissertação oral, o que dificilmente é feito nas faculdades normais de Direito. Então, isso, para mim, foi uma vantagem, eu tirei uma faculdade de Direito tranquila, eu estava em pleno serviço ativo, não atrapalhou em nada meu trabalho, mas pela facilidade que eu tive da Academia, entendeu, porque eu via que meus colegas civis, que eles tinham uma dificuldade imensa, porque eles não foram acostumados a raciocinar, a colocar no papel, a escrever, isso prejudica até o português. Eu passei quatro anos na Academia, aula de manhã e de tarde, fazendo a base do escrever, fazendo relatório, ou então dissertar. Aí tu pega uma faculdade e ela fica bem mais suave, mais doce.

Em relação à formação jurídica observam-se duas posições:

Não senti falta de formação jurídica no curso da Academia. Achei suficiente e tive bons professores, como tive também professores não tão bons assim. Foi suficiente, mas como as leis se modificam, e nós estamos na frente de nossos policiais, temos de estar permanentemente nos qualificando, quando existem algumas alterações em relação à lei, nós também estamos pesquisando, conversando, estamos nos qualificando. Não senti necessidade de aumentar, fazer Direito para aumentar minha condição (Major 1).

As disciplinas jurídicas não são suficientes porque a gente tem lá Direito Penal, Direito Administrativo, o Penal não é completo, o Direito Administrativo dá uma noção, mas eu entendo o seguinte: o mundo é muito dinâmico, o conhecimento, a vida, a sociedade é muito dinâmica, então nós passamos, a corporação tem de interagir em todas as áreas. Na época em que eu fiz CFO, não existia na Brigada batalhão ambiental, fazendário [...] Direito Previdenciário e Trabalhista [...] Direito do Consumidor. No policiamento ostensivo, tem de ter conhecimento, [...] dar o encaminhamento, dar uma solução, nem que seja primária, para o caso. Agora, principalmente, os oficiais que vão trabalhar na parte administrativa, numa assessoria jurídica ou num departamento, têm de ter noção daquilo ali (Capitão 2).

Eles, todavia, não conseguem referenciar livros que os marquem na vida da Academia. O importante são as diretrizes gerais, as normas internas.

Eu tive um livro de um professor, Major Agostini, que diz assim: a polícia comunitária, humanitária, como é, a polícia humanitária, comunitária, era uma palavra ou autoridade, sabe? É uma tipologia, dá as várias visões da polícia, e ele me dava “Comunicação”, “Correspondência militar” era a disciplina [...]. Foi um livro bem interessante, eu até não me recordo o autor do livro, que não tinha a ver com aquela disciplina, ele recomendou pela forma como foi escrito, tinha alguns documentos oficiais ali dentro, mas principalmente pela mensagem (Capitã 1).

Em relação ao currículo pode-se colher uma crítica que não veio de um oficial, mas do ex-deputado José Gomes da Silva Júnior (2004), que recebeu formação de soldado.

Isso é muito interessante, as disciplinas do curso de formação, nenhuma delas estava voltada para os Direitos Humanos, para o Direito Constitucional ou o Direito Penal, nenhuma delas. O que tinha era Português, Trânsito, OTITE ou ODITE, era uma coisa assim, [...] e tinha uma disciplina que não era curricular, mas era muito aplicada, fazer faxina, era pela manhã e pela tarde, não era curricular, mas era praxe, capinar, limpar o banheiro [...]. Nenhuma delas estava voltada pra defesa da sociedade. Eram todas elas voltadas para defesa do Estado, para defesa do patrimônio. [...] mas o que mais me deixava furioso era essa tal de OTITE ou ODITE, você tinha que ir para o mato se orientar com bússola, descer de rapel, cavar buraco, era uma operação de guerra, de guerrilha, agora o que isso tem a ver com policiamento urbano?

A Professora 3, representando o meio externo, comenta suas experiências no curso integrado.

Eles tinham de ser aprovados e hierarquizados. O negócio é que tínhamos de fazer eles irem até um nível mínimo admissível. Eu tive de flexibilizar em relação aos meus alunos de graduação. O nível mínimo esperado deles seria considerado insuficiente para um aluno da graduação da UFRGS. Inclusive alguns escreviam muito mal, gente...

A partir da avaliação também se pode perceber como era a integração entre os alunos.

Nenhum reclamou individualmente, mas reivindicaram coletivamente a melhoria [das notas] do trabalho. Eu disse: “Não tem problema”. Uma das turmas, que resolveu ao invés de trabalho final fazer prova, acho que rodaram todos, aí eu fiz um outro trabalho para que eles alcançassem a nota sete, que seria um quatro da minha graduação. Não se dedicavam, não liam. Metade não lia em espanhol, quando eu tentei o Howard Becker, Los extraños, era um problema, porque como eles estavam competindo, não tinha cooperação, né? Os trabalhos em grupo eram assim: eu faço um pedaço, tu outro e ele o outro, ou então eu faço o de Sociologia, tu o de Antropologia e ele o de Metodologia, a cooperação era assim. Era complicado (Professora 3).

Mas o Capitão 2 entende que: “a avaliação, eu acho que era suficiente, talvez pudesse ser um pouco mais forte, mas eu acho que estava de bom tamanho”. A razão para essa divergência pode estar nos paradigmas adotados. Nas universidades, privilegia-se a teoria, o acadêmico; na APM, o operacional.

A didática da Academia é voltada para o operacional, administração é secundário. Como deveria ser. Mas a carga da Brigada, como todo trabalho policial, pela nossa legislação, é bem burocrática, não que a formação seja deficitária nesse sentido, mas a prioridade é área operacional, no ensino também (Capitão 3).

Os objetivos de ensino diferenciam essas escolas policiais militares. Enquanto na universidade, mesmo nos cursos mais tradicionais e conservadores, há quase sempre espaço para discussão e questionamentos, na Academia há disciplina e hierarquia. Pode-se contestar, mas de pé, em posição de sentido, chamando de “senhor” e sendo chamado de “você”, sem ultrapassar os limites do respeito devido.

O significado de bons professores e alunos, nesses contextos, modifica-se completamente. Para uns, refere-se a repetir a lição, conhecer o assunto; para outros, duvidar do exposto e buscar novas possibilidades; para uns significa aprender a trabalhar em conjunto em busca do conhecimento; para outros, receber a melhor nota, a fim de garantir uma classificação que propicie um maior capital quando da designação de funções e cidades.

Uma alteração significativa em torno de paradigmas reporta-se também ao ingresso de mulheres na APM. Isso aconteceu, como referido, a partir do ano de 1985, quando a Lei Estadual n. 7.977 criou a Companhia de Polícia Militar Feminina da Brigada. O ingresso de “fems” provocou alterações nas plantas dos imóveis, eis que agora urgiam dormitórios e banheiros para dois grupos de alunos.

O Coronel da Reserva 2 diz que “os quadros femininos que entraram a partir de 1989, essas mulheres, mesmo se submetendo, porque eram minoria, elas questionaram os modelos existentes”. A Capitã 1 lembra:

No cassino dos oficiais, eu entrei e mudou o perfil, primeiro porque eu tive de me posicionar; em alguns momentos houve um mal-estar, claro que houve, tanto para mim, que tive de me posicionar, inclusive para oficiais superiores, que esqueceram que eu estava presente. Eu disse: “O senhor falou o quê mesmo?” Para mostrar que eu estava ali. “E o senhor me dá licença, eu vou comunicar então, já que o senhor insiste em falar nesse assunto aqui, promíscuo, porque esse era um ambiente masculino, e não é mais”.

Como as alunas-oficiais ingressavam após estudo universitário, possibilitou-se um curso de formação diverso para oficiais femininos do curso para oficiais masculinos. A principal alteração referia-se ao tempo, já que ele tinha dois anos (a lei não o definia, apenas dizia que deveria ser de, no mínimo, nove meses, conforme o artigo 4º).

A carreira dessas oficiais estava limitada pela idade (elas poderiam permanecer no serviço ativo até os 53 anos de idade, de acordo com o parágrafo único do artigo 6º) e alcançar o posto de Capitão (artigo 2º, inciso II, parágrafo 3º). Quando essa situação se alterou, ações judiciais foram intentadas para determinar possibilidades e ordens nas promoções.

Quanto ao curso, diz a Capitã 1.

Eu acho que quem sofreu mais foi a primeira turma tendo em vista que teve uma quebra de paradigma, uma coisa assim, nova, os próprios oficiais masculinos da escola, da Academia não sabiam como tratar, os graus de exigência. Foram montando um perfil de exigência, como se tinha com os alunos-homens.

As disciplinas eram muito diferentes, pois a carga, da área de formação básica, digamos assim, de um nível superior [...] nós já tínhamos, tanto é que nosso curso é [de] dois anos e não de quatro, como da maioria dos oficiais masculinos [...] nós entrávamos direto para um curso de técnica de polícia.

E a convivência foi se estabelecendo...

Sempre tivemos convívio com os alunos-oficiais da Academia, até porque lá é integrado, não existe coisa distinta. Tem um boletim que é lido para todos, tem atividades da faxina diária [...]. E isso era igual para todos. Na convivência entre os alunos masculinos e femininos, teve alguns atritos dentro da normalidade, da convivência, mais nada, tanto que muitas oficiais casaram com oficiais masculinos, pelo convívio, se conheceram ali na Academia, não teve um maior problema (Capitã 1).

A vida na tropa também transcorreu sem alterações e, das lembranças desse preparo inicial, fica a validade do modelo, a satisfação com o treinamento recebido na Academia.

Quando cheguei na tropa, não tive dificuldade, pelo contrário. Tanto é que, hoje, na Brigada, se exige curso superior, específico, bacharel em Direito. Eu acho que nosso curso, das três turmas de oficiais femininas, serviu para a Brigada alicerçar o que é hoje o curso de oficiais. Entra com o curso superior, faz um curso de dois anos, exatamente porque a pessoa já entra com um grau de maturidade diferenciada. Ele faz um curso de técnico de polícia e sai capitão diretamente. Então, veja bem, nós até dizemos que servimos de cobaia e deu certo [...]. Dois anos é tempo suficiente para aprender as disciplinas técnicas de ênfase em polícia, do Direito, as técnicas policiais militares de abordagem e do manuseio da arma e de relacionamento humano, que era uma coisa que nós já tínhamos (Capitã 1).

Também o Coronel da Reserva 2 refere-se ao curso feminino como uma etapa das alterações no masculino. Entretanto, nenhum documento permite verificar uma relação explícita entre eles. Com o Capitão 3, todavia, cabe destacar as dificuldades para quem quer “ser um triunfante/ aspirante a oficial”, dentre elas, em especial, a da moral, da honestidade, causa de muitas exclusões.

O fundamento moral básico da instituição policial é a honestidade. Isso deveria ser mais tratado na parte da inclusão do policial, no psicotécnico. Na Academia isso surgia no dia a dia. As virtudes do policial, entre elas a honestidade, a correção de atitude, a moralidade, isso no meio militar é muito exigido. E nos próprios exemplos, os colegas que vão ficando no meio do caminho, não conseguem se formar por pequenos desvios que poderiam ser amanhã grandes desvios. Um colega foi descoberto que havia furtado uns objetos e em 24 horas estava excluído, sem direito a recurso, nada. Foram sendo reprovados ou pedindo desligamento, até pelo ritmo forte, um que tinha problema de alcoolismo e, por livre e espontânea pressão, acabou pedindo desligamento, sabia que seria excluído. Alguns foram perdendo o ano por problemas de saúde, por questões disciplinares. De 90 vagas, se formaram 72, depois de quatro anos.

Por isso, ao final, da Academia, como lembra o Coronel Vasconcelos (2005):

É forçoso dizer que o forte espírito de corpo que reinava na corporação fazia com que nós nos sentíssemos homens “diferenciados” em relação aos civis, (paisanos), aos quais nos colocávamos numa posição de “superioridade”.

Esses elementos permitem perceber que a APM forma o policial militar dentro de um contexto, não somente no cotidiano dos cursos, mas junto a instituições formadas em torno da Brigada, ou integradas por brigadianos. Afinal, os valores policiais-militares são transmitidos e apreendidos também na vivência do grupo, na vida em comum no clube, na colônia de férias, na leitura do jornal. Esses elementos facilitam a incorporação, a elaboração de “verdades comuns” ao grupo.

No compartilhar experiências, em especial durante o período de vida na Academia, o oficial desenvolve amizades, faz amigos no grau apresentado pelo Capitão 2. Essas amizades propiciam não apenas o desenvolvimento de espaços de socialização (associações e clubes), mas igualmente de um *locus* no qual os oficiais se reúnem a fim de discutir posições, reivindicar direitos e interesses.

4 CONCLUSÃO

Se, no passado, os oficiais saíam dos bancos escolares e eram moldados conforme o pensamento (militarizado) da BM, hoje eles ingressam após terem cursado a faculdade de Direito. Logo, já possuem concepções estabelecidas sobre o que seja a polícia, o Estado, a sociedade e as formas de estabelecer relações democráticas entre eles.

Assim, os alunos-oficiais propõem-se a (re)pensá-las (RUDNICKI, 2008a). Eles não podem, nem pretendem, simplesmente receber ensinamentos. Eles querem discuti-los. Sabem que não são soldados cuja missão determina que devam destruir o inimigo. Esse fato decorre de se exigir dos futuros oficiais gaúchos uma escolaridade mínima digna de quem possui funções das mais relevantes na ordem burocrática estatal.

Essa tem sido tendência mundial desde a década de 1960 para os integrantes, em todos os níveis, de várias polícias, que ainda não havia sido incorporada nem mesmo à oficialidade das PMs brasileiras. Agora que aqui se o faz, seria contrassenso exigir dos futuros oficiais submissão a modelos repressivos e autoritários.

O “modelo Mendes” está teoricamente superado. Esse é do tempo em que os jovens ingressavam na Brigada Militar e iam sendo, literalmente, forjados para atuarem como militares. Com esse perfil, e muitas promessas, o Coronel Mendes “tornou-se” herói – apresentado e apresentando-se como a solução para a insegurança pública, a salvação da população gaúcha. Entretanto, o mito do coronel esbarra na realidade. Durante os anos que definiram as linhas da segurança pública no estado (ainda que fosse “apenas” o comandante da Brigada e não o Secretário de Segurança), a situação pouco mudou, as taxas de criminalidade não se reduziram.

É que ele não percebia a existência de “mão de obra de reserva” na criminalidade e propôs medidas inócuas. Não utilizava noções de criminologia que indicam a ineficácia de prender se há quem ocupe a posição deixada vaga pelos detidos. Logo, quando queria desviar a atenção da taxa de criminalidade crescente, investia contra os movimentos populares. Contra os professores em greve (que, argumentava, prejudicavam o tráfego), contra os sem-terra e quem mais ousasse protestar contra o governo estadual. O Coronel Mendes impunha à PM um papel já superado, de defesa do governo; ou seja, de uma polícia não defensora de todos, mas das autoridades, dos poderosos.

Um oficial descontente declarou: “ele quer aparecer demais e está tirando espaço dos comandantes de unidades” (IRION; COSTA, 2008). Nesta mesma reportagem, sobre os desdobramentos da “Marcha dos Sem”, realizada na véspera, apontava-se a percepção dos envolvidos, tanto PMs quanto manifestantes, no sentido de que o protesto se encaminhava para seu final, sem incidentes ou acidentes, até a chegada do Coronel Mendes, quando os ânimos se acirraram. A criminalidade no Rio Grande do Sul não diminuiu e a (falta de) segurança foi um dos temas prevalentes nas eleições municipais de 2008, na capital e interior. Se algo mudou, pode-se dizer que foi para pior¹⁹.

Mas as necessidades sociais relativas à polícia mudaram e pretender manter a APM como uma academia militar, quando a realidade não permanece a mesma, proporciona descontentamento. O perfil dos alunos-oficiais mudou e se é verdade que mudou a ponto de oficiais dizerem que se alterou um paradigma, pode-se afirmar que o futuro da Brigada está a se transformar, talvez no que ela mais preze, seu militarismo.

O ensino na APM ainda acontece em consonância com o modelo de escolas clássicas, exigindo dos alunos a plena adaptação ao objetivo da escola, qual seja, o de formar um oficial da Polícia Militar generalista, pessoa qualificada para atuar em toda e qualquer ocorrência com a qual se depare, em defesa da lei, de acordo com a hierarquia, a disciplina e as normativas.

O ensino ainda não prepara, não fornece habilidades; mas sim adestra, treina, mantém um padrão de disciplinarização voltado a formar um servidor que se encaixe na engrenagem, obediente e limitado: obediente à hierarquia e limitado pelas técnicas procedimentais estabelecidas em manuais e normas. A APM, assim, instrui profissionais de polícia sem autonomia, cujo treinamento limita-se a prepará-lo para adotar providências padronizadas. Propicia um treinamento no qual os alunos aprendem, para liderar homens em prol da segurança, a fazer faxina e, para se deslocarem, a entrar em forma e caminhar como um pelotão em direção ao combate.

¹⁹ Exceto, talvez, para o Coronel Mendes, que, após quase dois anos de trabalho (com postura truculenta), nos mais importantes cargos da corporação, recebeu aplausos da mídia com seu discurso populista e a nomeação para o cargo de juiz do Tribunal Militar estadual, ganhando os proventos devidos para ocupar função que ele denominaria, provavelmente, de burocrática, na qual a gravata, o terno, a toga, são vestimentas imprescindíveis.

Porém, o jovem que hoje nela ingressa busca uma função criativa, adequada a seu perfil, uma função intelectual. Assim, na Academia, existe uma contradição com o próprio discurso da corporação, que declara desejar um novo perfil para seus integrantes. A BM clama por um policial autônomo, mas ensina na dependência e na hierarquia (no que este vocábulo possui de conotação negativa).

E, para os alunos-oficiais que ingressam de posse de um diploma de nível superior, isso, ao contrário do que era para jovens recém-saídos de escolas de nível médio, não é algo lógico, racional ou necessário. Eles possuem casa e família, sabem da necessidade de limpeza pessoal e colaboram com a faxina em seus lares. Não acham divertido andar a marchar gritando palavras de ordem. São juristas e querem, “simplesmente”, aprender a ser policiais. Conhecem seus direitos e os dos outros e almejam uma vida melhor, não aceitam desgastes que consideram inúteis.

Sua contratação impõe-se como necessidade de uma BM que pretende ser uma polícia que valoriza o trabalho intelectual e cuja atuação esteja baseada em técnicas de inteligência, informação, estatística criminal e resolução de conflitos por meio de procedimentos que garantam, ao máximo, a defesa da vida de vítimas, agressores e policiais. O processo de ensino-aprendizagem deve também respeitar tais princípios, ou seja, deve acontecer com fundamento na leitura, no estudo (da doutrina e de casos em que ela tenha sido aplicada), na simulação e na discussão dos exercícios realizados. Nesse contexto, tudo pode acontecer, inclusive as simulações, sem estresse, sem meses trancados no quartel, sem trotes e dias passados no campo sem alimentação ou comendo coelhos em exercícios de sobrevivência.

O treinamento policial precisa propiciar reflexão. Por exemplo, sobre o poder discricionário que os membros da corporação possuem e do qual se valerão nas ruas, visto como um poder necessário para a atuação do policial, que, apesar de levá-lo ao limite entre o legal e o ilegal, possibilita, no caso concreto, ponderar sobre a aplicação da norma. Para tanto necessita-se qualificar o servidor.

Nesse sentido, ainda que os cursos de Ciências Jurídicas continuem legalistas, conservadores em relação a suas tradições, a inclusão do aluno-oficial bacharel em Direito muito colabora, pois as faculdades, ainda quando apenas minimamente adaptadas às diretrizes do ensino jurídico, incluem, entre várias habilidades previstas para o egresso, o pensar a aplicação das normas jurídicas conforme a realidade social posta.

Para tanto, visto que as técnicas de inteligência precisam de mais poder discricionário, há necessidade de a PM gaúcha, a partir dessa mudança no perfil do ingressante, alterar, concomitantemente, a forma de relacionamento entre os seus integrantes e o modo de se reportar aos superiores sobre suas atividades, liberalizando a hierarquia, propiciando mais liberdade de ação a um homem que se pressupõe capaz de bem utilizar este espaço de ação.

Não haveria razão para exigir um oficial com uma formação inicial de sete anos, não fosse para confiar em sua qualificação e atitudes. Aumentar a qualificação dos recrutados, ensinar como se organiza uma polícia no século XXI pouco serve se, após, são mantidos limites regulamentares dignos do século XVIII; se, depois de formados, os egressos da APM terão de concordar com os “mais antigos”, quando estes afirmarem que as regras administrativas impedem os ensinamentos teóricos de se transformar em realidade prática e que, portanto, mais útil é aprender na rua.

A permanente oposição às mudanças acontece no cotidiano da APM, na tentativa de manter valores de um outro tempo e também na exigência, paradoxal, de que os valores trazidos pela obrigatoriedade da formação universitária não sejam utilizados. Assim, a possibilidade de exclusão daqueles que, durante o curso questionam (ponderam) posições de superiores, apresentam dúvidas sobre procedimentos estabelecidos ou reclamam das instalações ou remuneração —, obstaculiza a abertura pretendida pela corporação com o ingresso de *data venia* (RUDNICKI, 2008a).

Buscar nas universidades a fonte para contrapor-se ao caráter fechado e rígido das organizações policiais, realizando uma reforma cultural que abandone valores machistas, voltados à perspectiva de preparo para conflitos físicos, em detrimento de novas posturas, voltadas à mediação e à busca de consenso por meio da argumentação e do uso de técnicas policiais menos agressivas, impõe-se à Brigada como alternativa para melhorar seus serviços, mas que exige alteração da estrutura organizacional mais profunda que a realizada em 1997.

Esta é causa de muitas discussões que estão a confrontar a relação entre os oficiais “tipo CFO” e os “tipo CSPM”. Os confrontos vêm acontecendo no dia a dia e de forma nem tão velada. O fato de ainda não serem maiores decorre do pequeno número de *data venia*, mas no futuro, quando os atuais comandantes forem deixando a corporação, substituídos por jovens oficiais, deverá se agravar pela divergência profunda entre o modelo de polícia e a visão de mundo proposta por cada grupo (RUDNICKI, 2008a).

O desprezo e o preconceito em relação aos novos futuros oficiais têm gerado turbulências. Sentimentos de medo e inveja de quem passou por um treinamento diverso e considera que os atuais não terão condições de atuar eficazmente. Temem, em uma operação, ficar desguarnecidos, à espera de um auxílio que dependa da análise de possibilidades legais e temem perder espaço para quem possui uma qualificação diferenciada. É o medo de que o outro seja um policial mais adequado à realidade da sociedade contemporânea; de um policial que se relaciona de modo diferente com cidadãos e subordinados, pautando esses contatos pelo diálogo e respeito às normas jurídicas do país.

Apesar das dificuldades que resultaram no fato de que apenas 17 se formassem em uma turma com 26 alunos, o modelo de formação prossegue e as duas turmas seguintes formaram 53 alunos-oficiais. Simultaneamente, ainda resiste a corporação, por meio de mecanismos que buscam preservar antigas práticas e costumes. Os oficiais intermediários, sobretudo, mostram-se reticentes em relação ao novo modelo que, caracterizado pela exigência do título de bacharel em Direito para o ingresso na carreira de oficial, mostra-se em conformidade com a tendência mundial das polícias, no sentido de buscar uma maior qualificação de seus integrantes. Embora questionável a exigência de curso de Direito, a medida surge como capaz de produzir alterações positivas na Brigada Militar. A BM se mostra, nesse aspecto, aberta para o futuro.

Mas deve-se atentar à epígrafe deste trabalho. E como destacou Einstein, os preconceitos estão arraigados na cultura das pessoas. Assim, atente-se ao fato de que não foi a construção de uma nova polícia que motivou a exigência do título de bacharel, e sim a pretensão de equiparação salarial dos oficiais da Brigada com as demais carreiras jurídicas, entre as quais, em especial, a dos delegados de polícia. Isso, passados dez anos, não aconteceu. Apesar de receberem benefícios negados ao restante da população (dentre os quais o direito a uma aposentadoria precoce, privilégio dos militares), durante a formação e no início da carreira (durante oito anos, no mínimo, quando ocupam o posto de capitão), receberão primeiro bolsa e depois salário pouco dignos às suas responsabilidades.

Os alunos-oficiais e os novos oficiais possuem consciência disso e reclamam que a escolaridade solicitada não está de acordo com os salários pagos em outras carreiras. Logo, há de se promover mudanças salariais que tornem essa carreira atrativa ao mesmo nível dos demais operadores jurídicos empregados do Estado, sob risco de se receber tão somente alunos que fracassem em ascender a outras posições, sem chance de melhor qualificar os quadros policiais, sem alterar a perspectiva anti-intelectual da polícia.

Essa é questão que se tem demonstrado fator de risco para a continuidade do curso. O número de desistentes é grande em um primeiro momento e pode continuar durante as aulas, quando alunos, aprovados em concursos para outras funções públicas, são chamados a ocuparem cargos com muito melhor remuneração. Haveria, assim, de se repensar toda a lógica remuneratória das carreiras de juízes, promotores, defensores, algo hoje distante da realidade.

O enfrentamento dessas questões, porém, permitirá prover à sociedade gaúcha contemporânea uma polícia que deixe de se contentar com a prisão dos criminosos e passe a antecipar-se ao fato criminoso, em atitude conjunta com outros órgãos estatais, em particular com o sistema educacional, realizando verdadeira prevenção, configurada como um trabalho proativo, pedagógico – antes chamado de ostensivo, preventivo, agora, comunitário (sem esquecer, quando necessário, das atividades de investigação).

A educação, então, assume papel relevante não apenas por garantir a própria perpetuação da Brigada; na APM se preparam os alunos-oficiais para confirmarem as expectativas que eles mesmos e a população constroem em torno do ser policial. Mas, se antes se buscava um “herói”, pessoa dotada de enorme força física, a quem bastava atitude, assimilável com um treinamento ou uma instrução, hoje se precisa de um técnico que saiba administrar programas que permitam trazer segurança a uma rua ou bairro, ou, por meio de informações e atividades de inteligência, identificar e coibir a criminalidade.

Para que se concretize um aumento do grau de abstração no pensamento dos profissionais dedicados à segurança pública, não se pode apenas propor uma captação de recrutas diversa da anterior. O processo de ensino-aprendizagem necessita também ser diferente. A militarização do ensino, vinculada a modelos tradicionais, nos quais o agente repete sem refletir, aprende a agir condicionado e é submetido a situações estressantes, deve ser substituído. Da mesma forma, é preciso ser abandonada a perspectiva simplificada de um mundo dual, em que se separam cidadãos e marginais, bons e maus, no qual à polícia cabe controlar os excluídos, os *outsiders*, os sujeitos, os párias, os desviantes.

A Brigada Militar está, no que tange aos requisitos para seleção dos alunos-oficiais da APM, na vanguarda das PMs brasileiras, tornando-se hoje referência. Entretanto, no cotidiano do ensino policial, verificado na Academia, continua sendo preservado um modelo tradicional que pauta as academias de todo país e pouco se transformou — mesmo após a Constituição de 1988.

Fala-se, entre os oficiais que hoje lideram a instituição, sobre uma nova polícia e clama-se por isso, mas parece que se pretende que isso aconteça com reformas pontuais, alterações que preservem a tradição da BM, sem se perceber que ela se relaciona com o governo e a sociedade e que sem repensar essas relações e mesmo suas tradições, nada se transformará de fato.

Se hoje os oficiais negam a possibilidade de discutir a unificação das polícias estaduais, a centralização ou não do modelo policial, a necessidade de manter a militarização, o paradigma de ensino policial pouco poderá ser transformado. Mas o novo modelo está a se formar com pessoas que se importam com esses temas — e não os temem. Irão enfrentá-los. É uma questão de tempo, pois os oficiais da Brigada têm uma responsabilidade, junto com outros servidores públicos, com outros operadores do Direito e com a sociedade: (re)pensar o policiamento e a segurança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR (RS). Conselho de ensino. *Bases da elevação ao nível de curso superior*. Porto Alegre, 1974.
- BACCI, Enio. Os homens da segurança. *Zero Hora*. Porto Alegre, 31 dez. 2006. p. 46.
- BORGES, Geraldo Coimbra. *Histórico e evolução do ensino na Brigada Militar*. Porto Alegre: Brigada Militar, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1997.
- BRAGA, Simone Kilian. *Projeto do Curso Superior de Polícia Militar: o perfil, habilidades e competências*. 2006. Monografia (Curso Avançado de Administração Policial Militar)— Academia de Polícia Militar, Porto Alegre, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. Por vias tortas: o caminho da discussão. *Veja*, São Paulo, n. 1.506, 30 jul. 1997. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/300797/p_036.html>. Acesso em: 23/01/2007.
- CORREIO BRIGADIANO, n. 27. Porto Alegre. 1997.
- CORREIO BRIGADIANO, n. 107. Porto Alegre: Polost, ago. 2002a.
- CORREIO BRIGADIANO, n. 108. Porto Alegre: Polost, set. 2002b.
- CORREIO DO POVO. Jornal. Porto Alegre. 2000.
- EDWARD, José; BRASIL, Sandra; VERANO Rachel. Lições de uma greve selvagem. *Veja*. São Paulo, jun. 1997.
- ETCHICHURY, Carlos. Bisol diz que Justiça Penal pode fechar. *Zero Hora*. Porto Alegre, 2000.
- FERNANDES, Manoel. Enfim, derrotados: Tasso infiltra arapongas, encara a PM e vence a greve em Fortaleza. *Veja*, São Paulo, ago. 1997.
- GERMANO, José Otávio. *Na linha de frente*. Porto Alegre: AGE, 2006. 133 p.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- IPONEMA, Luiz. *O oficial de Polícia Militar – símbolo da tranquilidade*. Porto Alegre, 1984. 1 CD-ROM.
- IPONEMA, Luiz. *O valor do oficial de Polícia Militar para a sociedade*. Porto Alegre, 1983. 1 CD-ROM.
- IRION, Adriana; COSTA, José Luís. Repressão aos Sem. Ações de Mendes constroem a tropa. *Zero Hora*. Porto Alegre, 18 out. 2008.
- MEDINA, Aroldo. *Sociedade acadêmica dos cadetes da Brigada Militar*. Porto Alegre: CORAG, 1991.
- PEREIRA, Gerson Nunes. *Segurança pública em debate*. Porto Alegre: Gráfica Calábria, 2006.

- PEREIRA, Paulo César Franquilin. Relato. In: SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ENSINO INTEGRADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA, 1, 2002. Porto Alegre, RS. *Anais...* Porto Alegre: Secretaria da Justiça e da Segurança, 2002. p. 170-172.
- RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. *Relatório final da CPI da Segurança Pública*. Porto Alegre, 2001. 114 p.
- ROCHA, Santos Roberto. *Ensino policial-militar: uma reflexão crítica*. jul. 1993, ano XI. Unidade. Porto Alegre. 2001. 1 CD-ROM. G:\unidade\Rev17\materia2.htm.
- RODRIGUES, Alberto Rosa. *A volta do papo roxo: crônicas, casos e causas*. Porto Alegre: Metrópole, 2006.
- RUDNICKI, Dani. A polícia no século XXI e os direitos humanos. *Revista da Faculdade de Direito Ritter dos Reis*. Porto Alegre, v.9, p.109-121, 2008b.
- RUDNICKI, Dani. O ingresso de bacharéis em Direito na Polícia Militar gaúcha. *Sociologias (UFRGS)*. Porto Alegre, v. 20, p. 108-137, 2008a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n20/a06n20.pdf>>.
- RUDNICKI, Dani. A formação social de oficiais da polícia militar: análise do caso da Academia da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Sociologia)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. 365 f.
- RUDNICKI, Dani; ZAIDAN, Fatten eid. *Relatório de bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, abr. 2003/fev. 2004. 15 p. (Processo Fapergs n. 2.511.198).
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Dominación y control social: los dilemas del trabajo de policía*. Palestra, Buenos Aires, Pré-ALAS de Sociología del Trabajo, 2002.
- SANTOS, Lucíola L. de C. P.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. Currículo e Didática. In: OLIVEIRA, Maria Rita N. S (Org.). *Confluências e divergências entre didática e currículo*. Campinas: Papirus, 1998. p. 9-32.
- SILVA JÚNIOR, José Gomes da. *Entrevista*. Porto Alegre, 2004.
- SILVA, Telma Camargo da. “Soldado é superior ao tempo”: da ordem militar à experiência do corpo como *locus* de resistência. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, n. 9, p. 119-143, out. 1998.
- SIMÕES, Moacir Almeida. *História da Brigada Militar: para fins didáticos e de palestras*. Porto Alegre: Polost/APESP, 2002.
- VASCONCELOS, Bento Mathuzalém de. *Brigada Militar Turma Cel. Octávio Frota Cfo 61/64*. Disponível em: <www.asofbm.com>. Acesso em: 28 fev. 2005.
- ZERO HORA. Jornal. Porto Alegre. 08 dez. 2004.
- ZERO HORA. Jornal. Porto Alegre. 11 jan. 2003.